

Demonstrações financeiras

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

30 de junho de 2015
com relatório de auditoria das demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas em 30 de junho de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de setembro de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Bruno Mattar Galvão
Contador CRC-1SP267770/O-6

Mensagem da Administração

O ano-safra 14/15 foi marcado por grandes conquistas da Companhia. Fomos capazes de entregar resultados em todas as áreas do nosso negócio: boa produtividade, otimização de custos diretos, redução de custos administrativos, eficiência comercial e obviamente uma grande transação imobiliária. O resultado final destas conquistas se traduz em um Lucro Líquido de R\$ 180,8 milhões e um EBITDA Ajustado de R\$ 198,4 milhões. A magnitude deste resultado pode ser medida pelo aumento de 29% do valor patrimonial da Companhia.

No início da safra 14/15, diante de um cenário macroeconômico bastante desafiador, marcado pela volatilidade na cotação do dólar e dos preços das commodities, tomamos algumas medidas para melhorar o resultado das operações agrícolas. Deixamos de plantar em algumas áreas novas (área de 1º e 2º ano de plantio), pois são áreas com alta volatilidade e menor produtividade, encerramos uma parceria de exploração em uma área de 7.699 hectares na Bahia, pois as áreas apresentaram rentabilidade inferior ao esperado e reduzimos o ritmo de abertura de novas áreas. Além disso, realizamos uma reestruturação organizacional, reduzindo custos administrativos.

Finalizamos o ano-safra com uma área total cultivada de 79 mil hectares, distribuídos entre as culturas de soja, milho, cana-de-açúcar, pastagem e outros grãos. A produtividade média da soja ficou acima das estimativas e com uma média em áreas maduras equivalente à aquelas apresentadas por grandes produtores diversificados. Já a produtividade do milho, cuja produção está concentrada na Bahia, foi impactada pelo baixo nível de chuvas no mês de janeiro na região e ficou abaixo do orçamento. As fazendas localizadas no Centro Oeste, em regiões mais consolidadas, entregaram mais de 830 mil toneladas de cana-de-açúcar durante o exercício com produtividades acima das médias das principais zonas produtoras do Brasil. As operações no Paraguai continuam a melhorar e encerraram a safra com margem e produtividade acima do orçamento. No lado dos custos, o desempenho foi bastante satisfatório, seja no custo direto ou nos administrativos onde conseguimos uma redução apesar da inflação acelerada.

Na parte imobiliária, o fato mais importante foi a venda da parte remanescente da Fazenda Cremaq. O valor da venda foi de R\$ 270,0 milhões, com uma TIR (Taxa Interna de Retorno) de 20,4%. Essa venda foi de grande relevância para a Companhia, não só pelo seu tamanho, mas principalmente porque confirma a nossa capacidade de criação e captura de valor no desenvolvimento de propriedades agrícolas. Desde o início das operações em 2006:

- Foram investidos mais de R\$ 580,0 milhões na aquisição e desenvolvimento das propriedades;
- Já foram realizadas 8 vendas que somam um total de R\$ 500,0 milhões com TIRs não alavancadas entre 19% e 27%;
- Após a venda, o nosso portfólio passou a ter 182.971 hectares totais de terras próprias: 73 mil hectares em produção e um banco de terras de 49 mil hectares, totalizando uma área agricultável de 122.386 hectares. Ainda temos 60.585 hectares de reservas legais e áreas de preservação permanente.

Ainda nas atividades imobiliárias, firmamos uma parceria para operar uma área de 4.263 hectares no estado do Mato Grosso. Essas áreas são próximas à Fazenda Alto Taquari e também serão destinadas ao cultivo de cana-de-açúcar. O arrendamento permitirá, além de uma rápida geração de caixa, o aproveitamento da estrutura operacional e equipe já existentes na região e maior flexibilidade na gestão do portfólio.

Dando continuidade ao desenvolvimento das propriedades, investimos mais R\$ 30,6 milhões durante o exercício em abertura de novas áreas e na construção de um silo na Bahia com capacidades para armazenar 10 mil toneladas de grãos e estrutura para processamento (limpeza e secagem) de 200 toneladas por hora. A construção do silo melhora a estratégia de comercialização dos grãos na região e mitiga riscos logísticos na distribuição da produção.

O bom resultado das operações agrícolas, somado a venda da Fazenda Cremaq, geraram uma receita líquida de R\$ 440,7 milhões, um EBITDA Ajustado de R\$ 198,4 milhões e uma posição de caixa de R\$ 348,9 milhões. O Conselho de Administração irá submeter à proposta de destinação dos resultados à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada em outubro de 2015. Esse resultado permitirá que a Companhia invista em novas aquisições, distribua dividendos e ainda continue com o Programa de Recompra de Ações.

Em uma análise mais ampla, podemos perceber a constante evolução da eficiência da Companhia, com um modelo de gestão sólido, um time qualificado e comprometido em entregar resultados e encontrar oportunidades de geração de valor para continuar crescendo de forma consistente.

Aderência à Câmara de Arbitragem do Mercado

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Relacionamento com Auditores Externos

Os Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., que revisaram as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP referentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 2013, prestaram somente serviços à BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas relacionados à revisão das informações intermediárias.

Considerações Finais

A Administração da BrasilAgro agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos.

Permanecemos à disposição para quaisquer outras informações.

Julio Cesar de Toledo Piza Neto

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Parecer Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, todos referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2015.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Conselho Fiscal concluíram que referidos documentos foram devidamente elaborados e estão, em todos os seus aspectos relevantes, adequados, devendo, portanto, ser encaminhados à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 03 de setembro de 2015.

Fabiano Nunes Ferrari

Ivan Luisotto Alexandre

Débora de Souza Morsch

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 03 de setembro de 2015.

Julio Toledo Piza Neto
CEO e Diretor de Relações com Investidores

Gustavo Javier Lopez
Diretor Administrativo

André Guillaumon
Diretor de Operações

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 2015, emitido nesta data.

São Paulo, 03 de setembro de 2015.

Julio Toledo Piza Neto
CEO e Diretor de Relações com Investidores

Gustavo Javier Lopez
Diretor Administrativo

André Guillaumon
Diretor de Operações

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Balancos patrimoniais
em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	13.392	39.475	75.620	86.745
Títulos e valores mobiliários	5.2	87.197	28.842	273.258	21.532
Clientes	7	26.446	26.953	46.028	65.010
Estoques	9	25.745	33.645	32.225	40.210
Ativos biológicos	10	1.540	1.421	1.624	1.421
Impostos a recuperar	8	5.027	3.494	5.412	3.749
Operações com derivativos	6	804	1.652	13.498	18.255
Transações com partes relacionadas	32	169.906	19.169	856	723
Outros créditos		416	523	316	442
		<u>330.473</u>	<u>155.174</u>	<u>448.837</u>	<u>238.087</u>
Não circulante					
Ativos biológicos	10	29.245	31.202	29.245	31.202
Títulos e valores mobiliários restritos	11	-	2.037	1.468	13.782
Impostos a recuperar	8	20.712	25.904	24.602	29.849
Tributos diferidos	20	24.008	27.491	43.137	43.554
Operações com derivativos	6	408	-	408	63
Clientes	7	394	566	22.802	37.453
Propriedades para investimento	12	77.656	85.981	288.347	334.803
Transações com partes relacionadas	32	39.060	26.068	39.060	26.068
Depósitos judiciais	30	5.811	4.644	5.811	4.644
Investimentos	13	354.576	371.114	99.729	50.369
Imobilizado	15	9.933	12.754	10.602	13.542
Intangível	14	3.792	4.966	3.792	4.966
		<u>565.595</u>	<u>592.727</u>	<u>569.003</u>	<u>590.295</u>
Total do ativo		<u>896.068</u>	<u>747.901</u>	<u>1.017.840</u>	<u>828.382</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Balancos patrimoniais
em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	17	4.245	6.107	5.545	8.158
Empréstimos e financiamentos	18	31.258	42.676	50.900	62.253
Obrigações trabalhistas		11.016	8.468	11.215	8.730
Tributos a pagar	19	1.526	272	23.377	6.501
Dividendos a pagar	32.b	40.358	25	40.358	25
Operações com derivativos	6	3.537	204	5.655	204
Contas a pagar por aquisições	16	19.817	18.760	48.840	44.820
Transações com partes relacionadas	32	6.081	46.933	480	33.237
Contratos onerosos		-	579	-	579
Adiantamentos de clientes		6.296	14.343	8.147	15.038
Outras obrigações	1.1	-	-	4.504	-
		<u>124.134</u>	<u>138.367</u>	<u>199.021</u>	<u>179.545</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	15.642	22.148	59.179	57.909
Tributos a pagar	19	-	-	1.508	2.482
Operações com derivativos	6	636	-	1.670	-
Provisão para demandas judiciais	30	3.550	3.480	3.684	3.573
Outras obrigações		-	-	672	967
		<u>19.828</u>	<u>25.628</u>	<u>66.713</u>	<u>64.931</u>
Total do passivo		<u>143.962</u>	<u>163.995</u>	<u>265.734</u>	<u>244.476</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	21	584.224	584.224	584.224	584.224
Reservas de capital	21	2.349	4.201	2.349	4.201
Ações em tesouraria	21	(224)	(1.934)	(224)	(1.934)
Reserva de lucros	21	89.156	-	89.156	-
Dividendos adicionais propostos	21	40.333	-	40.333	-
Ajuste de avaliação patrimonial	21	36.268	8.403	36.268	8.403
Prejuízos acumulados	21	-	(10.988)	-	(10.988)
Total do patrimônio líquido		<u>752.106</u>	<u>583.906</u>	<u>752.106</u>	<u>583.906</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>896.068</u>	<u>747.901</u>	<u>1.017.840</u>	<u>828.382</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Receita líquida	23	155.401	110.048	174.351	131.314
Ganho com venda de fazenda	7.f	-	-	193.464	21.845
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	10	8.392	(1.923)	9.788	1.092
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	9.1	(2.800)	(1.464)	(3.038)	(2.043)
Custo das vendas	24	(152.824)	(115.394)	(170.489)	(138.535)
Lucro (prejuízo) bruto		8.169	(8.733)	204.076	13.673
Despesas com vendas	24	(5.011)	(5.529)	(9.006)	(10.239)
Despesas gerais e administrativas	24	(28.317)	(29.286)	(29.360)	(30.378)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	9.826	1.202	(3.422)	285
Equivalência patrimonial	13	183.530	20.073	(4.355)	(704)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos		168.197	(22.273)	157.933	(27.363)
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	27	74.984	24.855	122.552	40.051
Despesas financeiras	27	(58.312)	(29.633)	(89.914)	(41.611)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		184.869	(27.051)	190.571	(28.923)
Imposto de renda e contribuição social	28	(4.059)	13.689	(9.761)	15.561
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		180.810	(13.362)	180.810	(13.362)
Lucro (prejuízo) básico por ação - reais	29			3,10	(0,23)
Lucro (prejuízo) diluído por ação - reais	29			3,10	(0,23)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		180.810	(13.362)	180.810	(13.362)
Resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Efeito na conversão de investimento em <i>joint venture</i>	13.a	27.865	(3.335)	27.865	(3.335)
Total do resultado abrangente		<u>208.675</u>	<u>(16.697)</u>	<u>208.675</u>	<u>(16.697)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

		Atribuível aos acionistas controladores								
		Reserva de Capital		Reserva de Lucros			Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Nota		Capital social	Opções Outorgadas	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Investimento e expansão				
Saldo em 30 de junho 2013		584.224	3.385	-	413	1.961	3.922	(6.920)	-	586.985
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(13.362)	(13.362)
Absorção de prejuízo		-	-	-	(413)	(1.961)	-	-	2.374	-
25	Plano de remuneração em ações	-	816	-	-	-	-	-	-	816
21.g	Ações em tesouraria adquiridas	-	-	(1.934)	-	-	-	-	-	(1.934)
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	-	(3.922)	-	-	(3.922)
Efeito na conversão de investimento em <i>joint venture</i>		-	-	-	-	-	-	(3.335)	-	(3.335)
Ganho com aquisição com compra vantajosa Cresca		-	-	-	-	-	-	18.658	-	18.658
Saldo em 30 de junho de 2014		584.224	4.201	(1.934)	-	-	-	8.403	(10.988)	583.906
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	180.810	180.810
25	Plano de remuneração em ações	-	82	-	-	-	-	-	-	82
21.g	Aquisição de Ações em tesouraria	-	-	(224)	-	-	-	-	-	(224)
21.g	Cancelamento de Ações em tesouraria	-	(1.934)	1.934	-	-	-	-	-	-
21.e	Constituição de reserva legal	-	-	-	8.491	-	-	-	(8.491)	-
21.e	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(40.333)	(40.333)
21.e	Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	40.333	-	(40.333)	-
21.e	Constituição de reserva para investimentos e expansão	-	-	-	-	80.665	-	-	(80.665)	-
13.a e 21.f	Efeito na conversão de investimento em <i>joint venture</i>	-	-	-	-	-	-	27.865	-	27.865
Saldo em 30 de junho de 2015		584.224	2.349	(224)	8.491	80.665	40.333	36.268	-	752.106

As notas explicativa são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	180.810	(13.362)	180.810	(13.362)
Ajustes para conciliação do lucro líquido (prejuízo)				
Depreciação e amortização	24	17.750	16.704	22.222
Ganho na venda de fazenda	22	-	-	(193.464)
Outorga de opções de ações	25	82	816	82
Valor residual do ativo imobilizado alienado	14 e 15	2.325	828	2.409
Resultado de custo capitalizado em propriedades para investimentos	12 e 1.1	(1.405)	2.098	(1.405)
Equivalência patrimonial	13.a	(183.530)	(20.073)	4.355
(Ganho) perda não realizado com derivativos, líquidos	27	5.335	(1.116)	5.335
Aplicações financeiras, variação cambial e monetária e demais encargos financeiros, líquidos	27	(12.001)	3.430	(3.615)
Ajuste a valor presente de contas a receber pela venda de fazendas e máquinas, líquido	27	(1.068)	189	(18.296)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	3.483	(13.689)	417
Valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas e exaustão de colheita	10	(8.392)	1.923	(9.788)
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	9.1	2.800	1.464	3.038
Provisão para crédito de recebíveis	24	54	527	(2.731)
Contratos onerosos	24	(579)	579	(579)
Provisão para demandas judiciais	26	70	(1.235)	111
Perda com Investimentos	13.a	53	-	53
		5.787	(20.917)	(11.046)
Variação do capital circulante operacional				
Cientes		688	58.393	12.296
Estoques		5.100	(13.600)	6.756
Ativos biológicos		5.719	(1.678)	5.627
Impostos a recuperar		4.587	1.724	4.570
Operações com derivativos		(1.235)	698	5.893
Outros créditos		(616)	(2.847)	(482)
Fornecedores		(3.516)	(676)	(4.516)
Partes relacionadas		(45.115)	(8.505)	(36.767)
Tributos a pagar		(793)	-	(11.317)
Imposto de renda e contribuição social		2.047	(394)	18.512
Obrigações trabalhistas		2.548	(12)	2.485
Adiantamento de clientes		(8.047)	12.596	(2.891)
Outras obrigações		-	-	(295)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		(32.846)	24.782	(11.175)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições ao imobilizado e intangível	14 e 15	(1.672)	(2.162)	(1.800)
Adições às propriedades para investimento	12	(28.167)	(12.803)	(30.629)
Resgate (aplicação) em títulos e valores mobiliários, líquido		(46.047)	(1.434)	(27.482)
Dividendos recebidos	13.a	104.607	40.722	-
Aumento de investimento e participações		(25.926)	(18.390)	(25.903)
Aquisição de <i>joint venture</i> Cresca		-	(8.592)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.a	(1.152)	-	-
Caixa recebido por venda de fazendas e ativos		28.000	-	105.766
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		29.643	(2.659)	19.952
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento por compra de fazendas		-	-	-
Empréstimos e financiamentos captados	18	67.365	44.929	97.407
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	18	(12.218)	(2.224)	(15.682)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	18	(77.803)	(43.970)	(101.403)
Ações em tesouraria	21.g	(224)	(1.934)	(224)
Dividendos pagos	21	-	(5.883)	-
Aquisição de direitos a receber de empréstimos		-	(2.322)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(22.880)	(11.404)	(19.902)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(26.083)	10.719	(11.125)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.1	39.475	28.756	86.745
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.1	13.392	39.475	75.620
		(26.083)	10.719	(11.125)
				11.051

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Receitas					
Receita operacional bruta	23	162.278	115.635	183.765	138.175
Ganho com venda de fazenda	7.f	-	-	193.464	21.845
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	10	8.392	(1.923)	9.788	1.092
Reversão de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas após a colheita	9.1	(2.800)	(1.464)	(3.038)	(2.043)
Outras receitas		9.826	(9)	(3.422)	(930)
Provisão para crédito de recebíveis	24	54	527	(2.731)	525
		<u>177.750</u>	<u>112.766</u>	<u>377.826</u>	<u>158.664</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das vendas		(136.319)	(99.808)	(149.512)	(118.222)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(11.362)	(12.501)	(12.855)	(17.586)
		<u>(147.681)</u>	<u>(112.309)</u>	<u>(162.367)</u>	<u>(135.808)</u>
Valor adicionado bruto		<u>30.069</u>	<u>457</u>	<u>215.459</u>	<u>22.856</u>
Depreciação e amortização	24	(17.750)	(16.704)	(22.222)	(21.431)
Valor adicionado líquido produzido (utilizado) pela Companhia		<u>12.319</u>	<u>(16.247)</u>	<u>193.237</u>	<u>1.425</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	183.530	20.073	(4.355)	(704)
Receitas financeiras	27	74.984	24.855	122.552	40.051
		<u>258.514</u>	<u>44.928</u>	<u>118.197</u>	<u>39.347</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>270.833</u>	<u>28.681</u>	<u>311.434</u>	<u>40.772</u>
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		15.399	15.316	15.374	15.316
Benefícios		1.842	1.893	1.845	1.894
F.G.T.S.		318	291	318	291
Impostos, taxas e contribuições					
Federais (inclui IRPJ e CSLL diferidos)		11.694	(7.523)	19.846	(7.263)
Estaduais		1.613	1.595	2.462	1.426
Municipais		132	140	152	161
Financiadores					
Despesas financeiras	27	58.312	29.633	89.914	41.611
Aluguéis	24	713	698	713	698
Remuneração do capital próprio					
Dividendos mínimos obrigatórios	21.e	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	21.e	40.333	-	40.333	-
Lucros (prejuízos) retidos e reservas		100.144	(13.362)	100.144	(13.362)
		<u>270.833</u>	<u>28.681</u>	<u>311.434</u>	<u>40.772</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras- Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas (“Companhia” ou “Controladora”) foi constituída em 23 de setembro de 2005 e possui sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1309, em São Paulo e filiais no Brasil nos Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Piauí e no Paraguai no Estado de Boquerón.

Conforme o Estatuto Social, o objeto social consiste em: (a) exploração da atividade agrícola, pecuária e florestal de qualquer espécie e natureza e prestação de serviços direta ou indiretamente relacionados, (b) importação e exportação de produtos e insumos agrícolas e relacionados à atividade pecuária, (c) compra, venda e/ou locação de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas, (d) intermediação em operações de natureza imobiliária de quaisquer tipos, (e) participação, como sócia, em outras sociedades, simples ou empresárias e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, relacionadas direta ou indiretamente aos objetivos aqui descritos, e (f) administração de bens próprios e de terceiros.

A Companhia e suas controladas atuam em 9 (nove) fazendas distribuídas em 5 (cinco) estados do Brasil e mais uma fazenda no Paraguai controlada em conjunto, com área total de 255.888 hectares, incluindo 14.263 hectares arrendados de terceiros e 117.307 hectares em *joint venture*. Tem como objetivo consolidar sua posição como uma das principais empresas atuantes no segmento de agronegócio no Brasil e/ou exterior por meio de aquisição e venda das fazendas após sua valorização por meio de uma estratégia de expansão da produção, otimização dos processos produtivos e diversificação geográfica e produtiva.

As controladas integrais Cremaq Ltda. (“Cremaq”), Engenho de Maracajú Ltda. (“Engenho”), Imobiliária Jaborandi Ltda. (“Jaborandi”), Araucária Ltda. (“Araucária”), Mogno Ltda. (“Mogno”), Cajueiro Ltda. (“Cajueiro”), Ceibo Ltda. (“Ceibo”) e Flamboyant Ltda. (“Flamboyant”), possuem como objeto social a compra e venda de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas. Segue abaixo a tabela com a apresentação das fazendas:

<u>Imobiliária</u>	<u>Fazendas</u>	<u>Localização</u>	<u>Total (Hectares)</u>
Jaborandi S.A.	Jatobá	Barreiras/BA	31.606
Araucária Ltda.	Araucária	Alto Taquari/MT	8.124
Mogno Ltda.	Alto Taquari	Mineiros/GO	5.395
Cajueiro Ltda.	Chaparral	Correntina/BA	37.183
Flamboyant Ltda.	Nova Buriti	Januária/MG	24.211
Cajueiro Ltda.	Preferência	Barreiras/BA	17.799
* Cresca S.A.	Cresca S.A.	Boquerón/Paraguai	117.307
**	Parceria II (Avarandado)	Ribeiro Gonçalves/PI	10.000
**	Parceria III (Brenco Cia. Bras. de Energia Renovável)	Alto Araguaia / Alto Taquari / GO	4.263
			<u>255.888</u>

* Joint Venture Cresca S.A.

** Fazendas arrendadas de terceiros

Conforme autorizado nos seus respectivos estatutos e contratos sociais, enquanto não vendidos os bens imóveis de propriedade de tais empresas, os mesmos poderão ser objeto de arrendamento a terceiros, apenas como estratégia para facilitar a valorização dos imóveis. A controlada integral Jaborandi Agrícola Ltda., possui como objetivo o arrendamento de terras, o subarrendamento de terras para terceiros, a prestação de assessoria e serviços no ramo agrícola e a exploração da atividade agrícola, pecuária e florestal de qualquer espécie e natureza e prestação de serviços direta ou indiretamente relacionados. Todas as subsidiárias assim como o Fundo FIM Guardian, fundo de investimento exclusivo da Companhia, são sediados e operam no Brasil.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A *joint venture* na empresa Cresca S.A. ("Cresca"), localizada no Paraguai, possui como objeto social a exploração da atividade agrícola, pecuária e florestal de qualquer espécie e natureza e prestação de serviços direta ou indiretamente relacionados, a importação e exportação de produtos e insumos agrícolas e relacionados à atividade pecuária, a compra, venda e/ou locação de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas e a operações financeiras, compra e venda de títulos, ações e commodities.

Até a data de aprovação das Demonstrações Financeiras, a Companhia detém: (i) 14.263 hectares arrendados de terceiros e (ii) 26.334 hectares dos quais é a compromissária compradora, sendo 21.148 hectares a Fazenda Nova Buriti e 5.186 hectares a Fazenda Alto Taquari, uma vez que a escritura de compra e venda ainda não foi outorgada, existindo apenas, compromisso de compra e venda pendente de cumprimento de condições precedentes pelos vendedores (Nota 16).

Em 23 de agosto de 2010, foi emitido o parecer n.º LA-01, de 19 de agosto de 2010 pela Advocacia Geral da União (AGU) e aprovado pelo presidente do Brasil, que aborda a compra e arrendamento de propriedades rurais por empresas brasileiras controladas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras que detêm o controle do capital social de uma empresa que é proprietária de terras no Brasil. O parecer da Procuradoria-Geral prevê que empresas brasileiras controladas por não-brasileiros exigem autorização prévia para comprar propriedades agrícolas e estão sujeitas as seguintes restrições:

(i) as propriedades agrícolas devem ser utilizadas para, gado, atividades de angariação industrial ou agrícola, e deverão ser previamente aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ou pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

(ii) a área total das propriedades agrícolas nas mãos de estrangeiros não poderá exceder o maior valor entre (a) um quarto da área do município onde o imóvel está localizado, ou (b) a soma das áreas detidas por estrangeiros de mesma nacionalidade não deve exceder 40% da área do município onde o imóvel está localizado; e

(iii) a aquisição não deve ser superior a 100 (cem) módulos de exploração indefinida, que são as unidades de medida adotadas em diferentes regiões do Brasil, que variam de 5 a 100 hectares, dependendo da região.

Novas aquisições ou novos contratos de arrendamento de propriedades rurais por empresas controladas por não-brasileiros, dentro dos limites determinados pelo parecer, devem ser previamente aprovados pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Até a data de aprovação dessas informações não há julgamento pelos tribunais brasileiros sobre a validade e a constitucionalidade do conteúdo do Parecer da Procuradoria Geral.

Em 30 de junho de 2015, 78,64% das ações ordinárias da Companhia são detidas por estrangeiros.

1.1 Venda da Fazenda Cremaq

Em 19 de maio de 2015, a Controlada Imobiliária Cremaq Ltda. celebrou compromisso de compra e venda da Fazenda Cremaq, localizada no Município de Baixa Grande do Ribeiro – PI. A referida venda consolida a estratégia de negócios da Companhia, que objetiva, além de ganhos com produção agrícola, a realização de ganhos de capital com a venda das propriedades. O valor da transação foi de R\$270.000, sendo que R\$242.000 referente a venda das terras e R\$28.000 dos ativos investidos na propriedade. A Companhia recebeu R\$5.000 à título de sinal pela venda destes ativos.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista que haviam condições precedentes a serem cumpridas para a efetivação do negócio, as partes ajustaram um prazo de confidencialidade para divulgação da venda até sua efetivação, que ocorreu em 10 de junho de 2015 com a entrega da posse dos imóveis e dos ativos ao comprador mediante o complemento do sinal: (i) recebimento de R\$62.500, sendo R\$23.000 para a Companhia e R\$39.500 para a sua Controlada, a Imobiliária Cremaq, proprietária da terra e; (ii) depósito em conta vinculada (caixa restrito) em nome da Imobiliária Cremaq no valor de R\$202.500 até que sejam atendidas certas condições precedentes, conforme descritas a seguir:

(i) Lavratura da escritura de 18 matrículas;

(ii) Registro da escritura de 6.020 hectares;

(iii) Protocolo de petição para extinção de ação de manutenção de posse e obtenção de licença ambiental de uma área adicional não explorada de 150 hectares.

Em 30 de junho de 2015, foram lavradas as escrituras definitivas de venda e compra da totalidade da área vendida, sendo que, atualmente encontra-se pendente o registro imobiliário da venda da área de 6.020 hectares que encontra-se em processo de desmembramento do georreferenciamento.

Devido a condição (iii) não ter sido realizada, a Imobiliária Cremaq não registrou a venda de R\$4.000, por entender que a condição de obter a licença de desmatamento de uma área adicional não representa a obtenção de documentação rotineira, portanto, é uma condição substancial. Após a obtenção desta licença a Imobiliária Cremaq deverá pagar ao comprador o valor de R\$500 corrigido pelo CDI, para custeio de despesa de abertura e transformação da área adicional, com o efetivo reconhecimento da receita. O montante de R\$4.504 está informado na rubrica de "outras obrigações".

Apresentamos abaixo a composição do ganho com venda de fazenda e imobilizado:

	<u>Ganho com venda de Fazenda</u>	<u>Ganho com venda de Imobilizado</u>	<u>Venda Cremaq</u>
Venda de fazenda	238.000	-	238.000
Venda dos ativos e propriedades	-	28.000	28.000
Saldo vinculado a licença ambiental (iii)	-	-	4.000
	<u>238.000</u>	<u>28.000</u>	<u>270.000</u>
Custo com venda de fazenda (Nota 12.i)	(35.790)	-	
Custo com abertura de área	(500)	-	
Custo com venda dos ativos e propriedades (Nota 12.i e 15.i)	-	(27.843)	
Impostos	(8.687)	-	
	<u>193.023</u>	<u>157</u>	
* Saldo remanescente Cremaq (Nota 7.e.ii)	441	-	
	<u>193.464</u>	<u>157</u>	

* O saldo remanescente de R\$441 na linha de ganho na venda de fazenda para a Demonstração de Resultados, refere-se ao complemento de venda ocorrida em 20 de fevereiro de 2015 na Imobiliária Cremaq.

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

O Conselho de Administração da Companhia tem o poder de alterar as Demonstrações Financeiras anuais individuais e consolidadas da Companhia, após a sua emissão. Em 03 de setembro de 2015, a Diretoria, o Conselho Fiscal e Conselho de Administração aprovaram as demonstrações financeiras e autorizaram sua divulgação.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contras prestações pagas em trocas de ativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia está adimplente em relação as cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras, tais como volume de vendas, área total plantada e arrendada, número de fazendas, seguros e meio ambiente, não foram examinados pelos auditores independentes.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as Normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e suas orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

b) Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, aprovados pela CVM. Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

c) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladoras em 30 de junho de 2015 e 2014, apresentadas abaixo:

	Participação no capital total - %	
	2015	2014
Aracúária	99,99	99,99
Engenho de Maracaju	99,99	99,99
Cremaq	99,99	99,99
Imobiliária Jaborandi	99,99	99,99
Jaborandi Ltda.	99,99	99,99
Cajueiro	99,99	99,99
Mogno	99,99	99,99
Ceibo	99,99	99,99
Flamboyant	99,99	99,99
Fundo Exclusivo FIM Guardian	100,00	100,00

As controladoras são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas são eliminadas por completo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual essas controladas atuam ("a moeda funcional"), para quais a moeda funcional e de apresentação é o Real. Em 01 de janeiro de 2014, a *Joint Venture* Cresca S.A. sediada no Paraguai reavaliou a moeda que mais influencia suas operações e concluiu que o dólar americano é que melhor reflete o ambiente econômico que opera. A partir desta data sua moeda funcional passou a ser o dólar americano de forma prospectiva.

b) Transações e saldos em moedas estrangeiras

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Empresas do grupo no exterior

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da *joint venture*, cuja moeda funcional é dólar americano são convertidos para reais como segue: a) Balanço Patrimonial, à taxa de câmbio de encerramento de cada exercício e b) Demonstração de Resultado, à taxa de câmbio média mensal.

Os ajustes a valor justo nos valores contábeis à aquisição do investimento na Cresca são expressos na moeda funcional da Cresca e convertidos pela taxa de câmbio na data de encerramento de cada exercício.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" nas Demonstrações da Mutaç o do Patrim nio L quido e na Demonstraç o do Resultado Abrangente.

2.3. Compra de participa o em *joint venture* em transa es entre entidades sob controle comum

Conforme detalhado na Nota 13(b), a Companhia adquiriu participa o na empresa Cresca S.A., uma *joint venture* do seu acionista controlador. Compras de participa es em *joint ventures* (assim como de subsidi rias e coligadas) em transa es entre entidades sob controle comum, podem ser contabilizadas pelo m todo de combina o de neg cios. A contrapresta o transferida para a aquisi o de uma *joint venture*   o valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contrapresta o transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de contrato de contrapresta o contingente, quando aplic vel.

Custos relacionados com aquisi o s o contabilizados no resultado do exerc cio quando incorridos. A participa o da Companhia na *joint venture*   mensurada ao valor justo dos ativos identific veis adquiridos e os passivos assumidos e contingentes na data da aquisi o, proporcional a participa o da Companhia na *joint venture*.

Quando o total da contrapresta o transferida for menor que o valor justo dos ativos l quidos da *joint venture* adquirida, a diferen a   reconhecida diretamente no patrim nio l quido como uma contribui o do acionista controlador, por se tratar de uma transa o com acionistas e, portanto, n o atende a defini o de ganho para reconhecimento na demonstra o do resultado.

A mensura o e contabiliza o da participa o da *joint venture* por seu valor justo se baseou na subst ncia econ mica da aquisi o de participa o, em linha com a estrat gia de expans o e desenvolvimento de terras em regi es de fronteira e expans o internacional.

Se a contabiliza o inicial de uma combina o de neg cios estiver incompleta no encerramento do exerc cio no qual essa combina o ocorreu, a Companhia registra os valores provis rios dos itens cuja contabiliza o estiver incompleta. Esses valores provis rios s o ajustados durante o per odo de mensura o ou os ativos e passivos adicionais s o reconhecidos para refletir as novas informa es obtidas relacionadas a fatos e circunst ncias existentes na data de aquisi o, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Intangíveis - Contratos de prestação de serviços

A Companhia adquiriu do acionista controlador o contrato de prestação de serviços com a Cresca. Tal contrato foi adquirido separadamente da compra da participação na *joint venture*, e reconhecido pelo custo de aquisição. O custo de aquisição corresponde ao valor das contraprestações pagas à vista e à prazo que é representativo do valor justo do contrato. O contrato tem vida útil definida e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada durante o prazo estimado da geração de benefícios econômicos pelo contrato com base no rateio de hectares abertos pela Cresca em cada período em relação ao total de hectares passíveis de serem abertos, existentes na data da aquisição do contrato.

2.5. Investimentos em controladas e em *joint venture*

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e em *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

A *joint venture* é um acordo por meio do qual as partes que tenham controle conjunto, têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com vencimentos de até 90 dias da data de sua contratação e operações compromissadas de curto prazo de alta liquidez, para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato junto ao emissor do instrumento.

Os equivalentes de caixa são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Os títulos e valores mobiliários incluem fundos de investimentos exclusivos (Fim Guardian) que são integralmente consolidados e aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos e financiamentos registrados no ativo não circulante com base nos vencimentos dos empréstimos e financiamentos a que se referem. Adicionalmente, existem operações compromissadas restritas vinculadas ao cumprimento de determinados precedentes contratuais, de natureza rotineira do negócio, celebrados na venda da Fazenda Cremaq.

Os títulos e valores mobiliários do Fundo Fim Guardian são classificados como disponível para venda e designado ao valor justo por meio do resultado.

Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia, não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o justo. Os saldos contábeis estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras apurado pelo critério *pro-rata temporis*.

As aplicações em certificados de depósitos e operações compromissadas podem ter prazos de vencimento superior a 90 dias da data e contratação, e podem ter garantia de recompra fornecida contratualmente pela instituição financeira emissora do título, permitindo o resgate dos títulos ao valor investido originalmente mais o juro decorridos sem qualquer penalidade. Esses títulos são classificados equivalentes de caixa.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Certos acordos de dívida exigem que a Companhia mantenha títulos e valores mobiliários como garantia para os saldos em aberto. Tais aplicações são vinculadas enquanto mantidas em garantia. A Companhia contabiliza as compras e as vendas de tais aplicações como atividades de investimentos na demonstração de fluxos de caixa.

Os investimentos de renda fixa têm como objetivo a manutenção do valor das disponibilidades detidos pela Companhia e ainda não alocados na atividade rural, sendo os mesmos guiados por uma política aprovada pelo Conselho de Administração.

As demonstrações do fluxo de caixa, no que se referem às atividades de financiamentos e investimentos, incluem apenas as transações que efetivamente tiveram impacto no caixa e equivalentes de caixa.

2.7. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação

Nos exercícios apresentados, a Companhia mantém exclusivamente ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ativos disponíveis para venda e ativos mensurados a valor justo por meio do resultado.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros designados pela Companhia como ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se foi adquirido, principalmente: (i) para fins de venda no curto prazo; (ii) se for um derivativo (a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge para fins contábeis) ou, (iii) se a mensuração a valor justo diminui ou elimina alguma inconsistência de mensuração de acordo com a gestão financeira da Companhia.

A Companhia designa certos ativos financeiros no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado. Esta designação não pode ser alterada posteriormente. Estes ativos são limitados a títulos e valores mobiliários de uso restrito, derivativos e aos recebíveis pela venda de fazendas, que consistem em instrumentos de dívidas reconhecidos no balanço consolidado dentro de "Clientes".

Variações de valor justo relativos aos créditos com a venda de fazendas designados ao valor justo através de resultados são reconhecidos em "Ganho na remensuração do contas a receber pela venda de fazendas" dentro de "Receitas financeiras".

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber e títulos e valores mobiliários dados em garantia dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A amortização do método de juros efetivo é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do exercício.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

2.7.2. Reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação para todos os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio dos resultados. Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, clientes, crédito por venda de fazenda, operações com derivativos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisição e transações financeiras com partes relacionadas.

2.7.3 *Impairment* de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor de perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termos de moeda e contratos a termos de *commodities* para proteção contra risco de variação das taxas de câmbio e dos preços de *commodities*, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da celebração e são posteriormente remensurados pelo seu valor justo. O método de reconhecimento do ganho ou perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como instrumento de *hedge*. A Companhia não designou nenhum derivativo para *hedge accounting*.

Quaisquer ganhos e perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultado (Nota 27). O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 6.

2.9. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e fazendas no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber não relacionadas à venda de fazendas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos, se necessária.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber de clientes relacionados à venda de fazendas, para as quais, o valor a receber é contratualmente determinado em reais, equivalente a uma quantidade de sacas de soja que são designadas a valor justo pelo resultado no reconhecimento inicial. Nesses casos o valor das contas a receber é posteriormente remensurado em cada data de balanço, aplicando a quantidade de sacas de soja à cotação da soja para entrega futura na data de vencimento de cada parcela (ou com base em estimativas e cotações de corretores quando não há cotação da soja para entrega futura em uma data específica de vencimento) e multiplicando o valor resultante em dólares pela taxa de câmbio de USD para R\$ para entrega futura também na mesma data de vencimento (considerando-se que as cotações futuras de soja são denominadas em dólares) e o montante em reais resultante é descontado ao valor presente. O ganho (perda) na remensuração dos recebíveis é reconhecido no resultado financeiro em "Realização do valor presente sobre o saldo de contas a receber" (Nota 27).

2.10. Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidos do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, almoxarifado e materiais diversos foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

Conforme práticas adotadas pela Administração, quando da identificação de perda de qualidade dos produtos que comprometam sua venda (sejam estas perdas motivadas por armazenamento, carregamento, transporte e outros eventos relacionados a operação) é feita uma apuração e segregação física da quantidade deste produtos. Neste momento é iniciado um processo interno de registro, aprovação, baixa do estoque e destinação desta quantidade por meio de aprovações dos gestores responsáveis devidamente formalizados no sistema de gestão da Companhia.

A provisão para ajuste de estoque ao valor líquido de realização, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-los. O ajuste ao valor realizável é reconhecido na demonstração do resultado do exercício a que se refere, na rubrica movimentação de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas após a colheita".

2.11. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de soja, milho, sorgo e cana-de-açúcar e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda. Essas lavouras são cultivadas não somente para obtenção do resultado operacional não imobiliário, mas, também, como vetor de apreciação do valor imobiliário das propriedades rurais.

As lavouras de soja, milho e sorgo são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período de tempo que varia de 110 a 180 dias após a data do plantio, dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas.

As lavouras de cana-de-açúcar possuem ciclo produtivo médio de cinco anos, motivo pelo qual são classificadas como ativo biológico de longo prazo.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em cada data de balanço. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com o plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, sendo registrado no resultado do exercício na rubrica "Movimentação de valor justo de ativos biológicos". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproximam do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando apenas uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material. Os ativos biológicos continuam registrados pelo seu valor justo.

Metodologia utilizada

Plantações de cana - a metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico "cana" foi o fluxo de caixa descontado à uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto projetamos os fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada corte, levando-se em consideração a vida útil estimada de cada área, os preços do Açúcar Total Recuperável (ATR), as produtividades estimadas e os correspondentes custos estimados de produção, inclusive o custo da terra e os custos relacionados à colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado. Plantações de soja, milho, sorgo e milheto - a metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico dos grãos foi o fluxo de caixa descontado à uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto, projetamos os fluxos de caixa futuros levando-se em consideração a produtividade estimada, os custos a serem realizados com base no orçamento da Companhia ou com base em novas estimativas internas e os preços de mercado. Esses preços, para as *commodities* que apresentam mercados futuros, foram obtidos a partir das cotações das seguintes bolsas de negociação: Chicago Board of Trade (CBOT), Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), New York Board of Trade (NYBOT). Para os produtos agrícolas que não apresentam esse tipo de mercado, utilizamos os preços obtidos por meio de pesquisas diretas de mercado ou divulgados por empresas especializadas, a partir dos preços de mercado realizamos os descontos logísticos e tributários correspondentes a fim de encontrar os preços de cada um desses produtos em cada unidade de produção da Companhia.

Conforme citamos acima, o valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial foram determinados utilizando técnicas de avaliação - método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, preço, produtividade e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos ativos biológicos.

2.12. Propriedades para investimento

A estratégia de negócios da Companhia tem como pilar fundamental aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. A Companhia adquire propriedades rurais que acredita ter significativo potencial de geração de valor por meio da manutenção do ativo e do desenvolvimento de atividades de agronegócios rentáveis. A partir da aquisição das propriedades rurais, a Companhia, busca implementar culturas de maior valor agregado e transformar essas propriedades rurais com investimentos em infraestrutura e tecnologia, além de celebrar contratos de arrendamentos com terceiros. De acordo com a estratégia, quando julga que as propriedades rurais atingiram um valor rentável, vende tais propriedades rurais para realizar ganhos de capital.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As terras de imóveis rurais compradas pela Companhia são registradas ao custo de aquisição, que não supera seu valor líquido de realização, e estão sendo apresentadas no ativo não circulante. O valor justo de cada propriedade está divulgado na Nota 12.

Edifícios, benfeitorias e aberturas de áreas em propriedades para investimento são avaliadas pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada de acordo com os mesmos critérios descritos para o ativo imobilizado na Nota 2.13.

2.13. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item fluam para a Companhia e que o custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros custos de reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, cujas taxas anuais de depreciação estão descritas a seguir:

	Taxa anual de depreciação %	
	2015	2014
Edifícios e benfeitorias	4-20	4-20
Equipamentos e instalações	10	10
Veículos e máquinas agrícolas	13-20	13-20
Móveis e Utensílios	10	10
Aberturas de áreas	10-20	10-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado.

2.14. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos por licença de software e direitos contratuais adquiridos e amortizados durante sua vida útil estimada de 5 anos e de acordo com a prestação de serviços de abertura de área, respectivamente.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas na obtenção de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação na medida em que seja provável que uma parte ou toda a linha seja utilizada. Nesse caso, as taxas são diferidas até que o desembolso ocorra. Quando houver evidências da probabilidade de desembolso de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 1 ano ou mais após a data do balanço.

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os passivos contingentes decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, contratuais, operacionais e de pleitos administrativos e judiciais, são provisionados pelo seu valor estimado quando a probabilidade de perda é considerada provável (Nota 3.b).

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Até o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT). Com a extinção do RTT, a partir do exercício fiscal iniciado em 1º de janeiro de 2015, o cálculo do IRPJ e CSLL não expurga mais os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real anual, exceto para a atividade rural que é de até 100% do lucro real anual. Não há prazo de prescrição para o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda diferido é reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças tributárias temporárias, enquanto que o imposto de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável que exista lucro tributável contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente na mesma conta.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social (Notas 20 e 28).

2.19. Benefícios a empregados

a) Remuneração com base em ações

A Companhia possui plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

O valor total a ser debitado é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o exercício no qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

b) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos funcionários um programa de participação nos resultados, nos termos do qual todos os funcionários têm o direito de receber bônus anuais com base nos resultados financeiros e operacionais consolidados da Companhia, e também sobre os objetivos pessoais definidos para cada funcionário individualmente.

Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.20. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia, ou ainda arrendamentos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre subsidiárias da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as características de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita por venda de grãos e por venda de cana-de-açúcar é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador, geralmente quando os produtos são entregues ao comprador no local determinado, conforme os termos de venda acordados.

No caso dos grãos, a Companhia geralmente realiza contratos de venda para entrega futura que determinam que o preço pode ser fixado pela Companhia, para o volume total ou parcial vendido, até o momento da entrega, de acordo com fórmulas estabelecidas contratualmente. Em certos casos, a fórmula estabelecida contratualmente determina um preço fixado em dólares estadunidenses. O valor em reais é determinado, também contratualmente, com base na taxa de câmbio vigente alguns dias antes da data de liquidação financeira. O preço também pode ser ajustado por outros fatores tais como umidade e outras características técnicas dos grãos.

Quando os grãos são entregues, a receita é reconhecida com base no preço fixado com cada comprador considerando a taxa de câmbio em vigor na data da entrega. Após a entrega dos grãos ao destinatário, avalia-se a qualidade e o peso final, determinando assim o preço final da operação, e ajustando-se os valores contratuais por tais fatores assim como pela variação na taxa de câmbio até a data da liquidação.

b) Receita com venda de fazendas

Vendas de fazendas não são reconhecidas no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável, (iii) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável, e (iv) a Companhia tenha transferido ao comprador os riscos de posse, e não detenha mais qualquer envolvimento. O valor do resultado com venda da fazenda é apresentado na demonstração do resultado como "Ganho com venda de fazenda" pela diferença entre o valor da contraprestação pela venda e o valor contábil da fazenda vendida.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Receita de arrendamentos operacionais

As receitas de arrendamentos operacionais de terras são reconhecidas linearmente no prazo do arrendamento. Quando o preço de arrendamento está definido em quantidade de produtos agrícolas ou gado, o valor do arrendamento é reconhecido considerando a cotação do produto agrícola ou pecuário vigente na data de fechamento do balanço ou na data estabelecida contratualmente, conforme o caso. Os valores recebidos antecipadamente a título de arrendamento, quando aplicável, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica "Outras obrigações". Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

2.22. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, ganhos e perdas pela mensuração ao valor justo de derivativos e contas a receber pela venda de fazendas, assim como descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas.

2.23. Arrendamentos

A Companhia somente tem efetuado arrendamentos de fazendas os quais foram classificados como operacionais na medida em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. As despesas com arrendamento são inicialmente contabilizadas como parte dos ativos biológicos e contabilizadas como custo de venda dos produtos agrícolas no momento da venda. Os pagamentos de arrendamento que tem seu valor baseado na cotação futura da soja e por tanto não tem um valor fixo mas seu valor depende da cotação da soja numa data futura são considerados pagamentos contingentes.

2.24. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.25. Ajuste a valor presente - de ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente.

Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo.

A taxa utilizada de desconto varia de acordo com as características do ativo ou passivo em questão. Ou seja, ela dependerá do risco, prazo, especificidade do referido item. Tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia, líquidas do efeito inflacionário.

2.26. Resultado por ação básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (prejuízo) disponível (alocado) aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em aberto durante o exercício.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e bônus de subscrição tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2.27. Demonstração do resultado abrangente

A Companhia apresentou a demonstração do resultado abrangente em suas demonstrações financeiras e mantém registrado em outros resultados abrangentes apenas o resultado do exercício e o efeito da variação cambial de sua *joint venture* Cresca.

2.28. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo CPC.

Os juros pagos e os dividendos são classificados como fluxo de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimentos respectivamente, pois são custos de obtenção de recursos financeiros e retorno sobre os investimentos.

2.29. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final:

Esta norma reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data da aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros.

IFRS 10 and IAS 28 *Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Venda ou Aporte de Ativos entre uma Investidora e sua Associada ou Controle Conjunto):

Esta norma determina o tratamento contábil para operações com ativos entre uma investidora e empresas associadas ou entidades de controle conjunto. Esta norma é aplicável a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 11 *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos)

As alterações desta norma exigem que um investidor conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações também esclarecem que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar essa norma na data efetiva de entrada em vigor.

IAS 1 *Disclosure Initiative* (Iniciativas de Divulgação) (equivalente ao OCPC 07):

Esta norma aborda alterações no conjunto de informações das demonstrações financeiras de uma sociedade. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia implementou algumas melhorias nestas demonstrações financeiras e, pretende adotar de forma definitiva para o próximo exercício.

IAS 16 and IAS 38 *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão:

As alterações esclarecem sobre os métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não espera impactos relevantes em sua posição financeira. A Companhia não adota antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, desde que não seja de aplicação obrigatória.

IAS 41 – Agricultura – Os ativos biológicos de produção (*bearer plants*) devem ser contabilizados como um ativo imobilizado (IAS 16), ou seja, ao custo menos depreciação ou perdas por *impairment*, se aplicável. O método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. Essa revisão entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Valor residual e vida útil do ativo imobilizado

Os valores e a vida útil dos ativos são avaliados internamente por especialista e ajustados se necessário ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

b) Demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 30. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos externos. A administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras (Nota 30).

c) Ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial (Nota 10) foi determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados como, por exemplo, preço, produtividade, custo de plantio e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo reconhecidos para ativos biológicos.

Um aumento ou redução de 1% na produtividade esperada da cana de açúcar e dos grãos resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$1.261 e um aumento ou redução de 1% no preço da cana e dos grãos resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$1.408.

d) Propriedades para investimentos

O valor justo para propriedades para investimento divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras foi obtido por meio de avaliação elaborada pela Companhia.

A avaliação foi efetuada por meio de normas praticadas pelo mercado considerando a caracterização, localização, tipo de solo, clima da região, cálculo das benfeitorias, apresentação dos elementos e cálculo de valores de terrenos, que podem sofrer variações relacionadas a essas variáveis.

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Metodologia utilizada

Em 30 de junho de 2015, foi realizada a avaliação das propriedades para investimentos, onde foi aplicada a metodologia de análise comparativa ajustada pelas suas respectivas características:

- i) O trabalho de avaliação utilizou como base, entre outras, as seguintes informações: (i) localização das fazendas, (ii) área total e seus respectivos percentuais de abertura e utilização;
- ii) O valor de mercado apresentado para a fazenda corresponde à parcela de terra nua, para pagamento à vista, não incluindo máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, culturas. O fator de correção do solo (preparação da terra para plantio) foi considerado na ponderação dos preços;
- iii) O valor das terras destinadas à agricultura, na região pesquisada, tem como referência o preço da saca da soja. Os valores unitários das fazendas à venda (pesquisas de mercado) foram obtidos em sacos de soja por hectare. Sendo assim, o valor em reais (R\$) da propriedade varia diretamente em razão da variação do preço da soja; e
- iv) O preço da soja considerado na data-base do trabalho, 15 de maio de 2015, foi de R\$52,50 para as regiões de Barreiras, estado da Bahia e R\$54,00 para as regiões de Alto Taquari e Mineiros, estados de Goiás e Mato Grosso, respectivamente. Este valor representa uma média entre valores arbitrados pelo mercado imobiliário da região em razão da grande instabilidade do valor da saca da soja.

e) Imposto de renda diferido

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, conforme descrito na Nota 20, com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica elaborado pela Companhia.

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo principalmente caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a receber pela venda de fazendas, transações entre partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores, contas a pagar pela compra de fazendas, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos.

Determinadas operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, taxas de juros e de variações de preços das *commodities* agrícolas. Em função disso, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos utilizados como proteção de safra ou componentes de balanço, dependendo da natureza da operação.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

4.2. Políticas aprovadas pelo Conselho de Administração para a utilização de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

A Companhia possui as seguintes políticas que orientam suas operações em relação aos instrumentos financeiros, as quais estão aprovadas pelo Conselho de Administração: (i) política de investimento que orienta as aplicações do caixa da Companhia, observando riscos das contrapartes, dos instrumentos de crédito e de liquidez, entre outros; (ii) política de instrumentos financeiros derivativos que orienta a administração das exposições da Companhia aos riscos de moedas, taxas de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas, sempre relacionando os instrumentos financeiros derivativos a um ativo ou passivo gerador da exposição; e (iii) política de risco, que contempla itens não endereçados na política de investimento ou na política de instrumentos financeiros derivativos ou ainda relacionado à proteção do fluxo de caixa futuro tais como comercialização da produção futura de *commodities*.

a) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, clientes, crédito por venda de fazendas, empréstimos com partes relacionadas e contas a pagar. Os valores contabilizados aproximam-se do valor justo estimado.

b) Empréstimos e financiamentos. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas fixas ou atreladas à variação da TJLP, Selic e Variação Cambial e aproxima-se do valor justo. A Diretoria-Executiva reporta as operações contratadas nas reuniões do Conselho de Administração.

4.3. Análise de exposição a riscos de ativos e passivos financeiros

a) Riscos com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais aplicados de ativos ou aumentam os valores devidos de passivos. Esse risco também decorre dos compromissos de venda de produtos existentes em estoque ou ainda em formação com preços a serem fixados, preços esses que variam dependendo da taxa de câmbio.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora		Saldo contábil - R\$	
Rubrica contábil	Índice ao qual está exposto	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.1)	USD	8.943	13.861
Operações com derivativos, líquidas (Nota 6)	USD	386	844
Contas a receber - Cresca (Nota 32)	USD	39.060	26.068
Cresud (Nota 32)	USD	(480)	(218)
Aquisição Cresca S.A. à pagar (Nota 32)	USD	-	(33.019)
Financiamentos (Nota 18)	USD	(4.832)	-
Total		43.077	7.536

Consolidado		Saldo contábil - R\$	
Rubrica contábil	Índice ao qual está exposto	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.1)	USD	8.974	13.861
Operações com derivativos, líquidas (Nota 6)	USD	(2.766)	3.833
Contas a receber - Cresca (Nota 32)	USD	39.060	26.068
Cresud (Nota 32)	USD	(480)	(218)
Aquisição Cresca S.A. à pagar (Nota 32)	USD	-	(33.019)
Financiamentos (Nota 18)	USD	(4.832)	-
Total		39.956	10.525

a) Riscos com taxa de juros e índices

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou índices que aumentem as despesas financeiras relativas aos contratos de aquisições de terras, indexados pelo IGP-M (FGV).

Controladora			Não derivativos - Saldo contábil - R\$	
Rúbrica contábil	Notas	Índice ao qual está exposto	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	CDI	4.445	25.230
Títulos e valores mobiliários	5.2	CDI	87.197	28.842
			91.642	54.072
Aquisições a pagar	16	IGP-M	(19.817)	(18.760)
Empréstimos e financiamentos	18	TJLP/SELIC/CDI	(19.070)	(4.595)
Empréstimos e financiamentos	18	Taxas fixas	(27.830)	(60.229)

Consolidado			Não derivativos - Saldo contábil - R\$	
Rúbrica contábil	Notas	Índice ao qual está exposto	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	CDI	63.060	71.498
Títulos e valores mobiliários	5.2	CDI	273.258	21.532
Aquisições a pagar	16	CDI	(29.023)	(26.060)
			307.295	66.970
Aquisições a pagar	16	IGP-M	(19.817)	(18.760)
Empréstimos e financiamentos	18	TJLP/SELIC/CDI	(49.101)	(19.435)
Empréstimos e financiamentos	18	Taxas fixas	(60.978)	(100.727)

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Riscos com commodities

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a oscilação nos preços de mercado dos produtos agrícolas.

Consolidado	Índice ao qual esta exposto	Saldo contábil - R\$		Notional (Nota 6 e 7) - Volume (sacas)	
		2015	2014	2015	2014
Contas a receber por venda de fazenda, líquido (Nota 7.e)	Soja	40.620	64.752	758.317	1.459.977
Operações (líquidas) com derivativos (Nota 6)	Soja	(3.030)	786	(988.786)	(181.428)
Operações (líquidas) com derivativos (Nota 6)	Milho	(317)	(182)	-	24
Total		37.273	65.356	(230.469)	1.278.573

4.4. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos e de utilização de instrumentos derivativos

A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade da Diretoria-Executiva, a qual avalia a exposição aos riscos de taxa de câmbio, taxa de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas existentes nos ativos, passivos e operações previstas da Companhia. Perante a exposição a tais riscos, a Administração da Companhia avalia a conveniência, custo e disponibilidade no mercado de instrumentos financeiros derivativos que permitam reduzir a exposição a tais riscos. Efetuada tal avaliação, a contratação de instrumentos financeiros derivativos é decidida pela Diretoria dentro dos parâmetros previamente aprovados nas políticas antes referidas e reportada ao Conselho de Administração em suas reuniões.

4.5. Riscos associados a cada estratégia de atuação

O uso de instrumentos derivativos com objetivo de proteção que reduz os riscos de alterações nos fluxos de caixa decorrentes dos riscos cambiais, riscos de taxas de juros e de índices de preços, e riscos de preços de *commodities* agrícolas, que atualmente são soja e milho.

No entanto, a mudança no valor justo do instrumento financeiro derivativo pode ser diferente da mudança nos fluxos de caixa ou no valor justo dos ativos, passivos ou transações previstas que estão sendo cobertas, como resultado de diferentes fatores, tais como, entre outros, as diferenças entre as datas de contratação, as datas de vencimento e liquidação, ou diferenças de *spreads* sobre os ativos e passivos financeiros a serem cobertos e os *spreads* correspondentes às diferenças entre as datas das operações de *swap*. No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativos para cobrir ativos e passivos reconhecidos, a administração acredita que os instrumentos financeiros derivativos apresentam elevado grau de proteção no que diz respeito à evolução dos ativos e passivos cobertos.

No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativos para cobrir vendas previstas de soja ou para cobrir contas a pagar/ receber, que tem seu valor sujeito a mudanças com base em *commodities*, pode haver diferenças decorrentes de fatores adicionais, tais como as diferenças entre o volume de soja estimado e real a ser colhido, ou diferenças entre o preço cotado de soja nos mercados internacionais, onde os instrumentos financeiros derivativos são cotados, e o preço da soja nos mercados em que a soja é fisicamente entregue/recebida pela Companhia. Se o volume de soja colhido efetivamente for inferior ao montante para o qual foram contratados instrumentos financeiros derivativos, a Companhia estará exposta a variações no preço das *commodities* pelo volume coberto em excesso e vice-versa, se o volume de soja colhido efetivamente for maior do que o volume coberto.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

À medida que a Companhia não fixa o preço de venda de soja por meio de instrumentos financeiros derivativos, mas estabelece uma gama de preços de venda por meio de opções, a quantidade de dólares a ser recebida com a venda de soja para os clientes e com a liquidação das opções é uma gama de montantes. Caso o montante nominal de contratos futuros celebrados para a venda de dólares for menor do que a quantidade real de dólares recebidos, a Companhia estará exposta a mudanças na taxa de câmbio entre o dólar e o real para o montante protegido em excesso e vice-versa, se o montante nominal de contratos futuros celebrados para a venda de dólares for maior do que a quantidade real de dólares recebidos.

4.6. Controles sobre utilização de instrumentos derivativos

Além disso, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com relação à contraparte do instrumento financeiro derivativo. A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos, cotados em bolsas de valores ou de instituições financeiras de primeira linha ou empresas de *trading*. A Companhia entende que na data do balanço não há indicações de risco de cobrança no que diz respeito aos montantes reconhecidos como ativos em relação aos instrumentos financeiros derivativos.

Os principais controles estabelecidos sobre a utilização de instrumentos derivativos são:

- Existência de políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- Restrição da contratação de operações com derivativos que não seja definida pela Diretoria-Executiva;
- Manutenção de um inventário centralizado de contratos derivativos em aberto de responsabilidade da Diretoria;
- Reporte diário de um relatório de risco com a posição consolidada a um grupo formado pela Diretoria e alguns membros do Conselho de Administração;
- Monitoramento mensal pela Diretoria-Executiva dos valores justos reportados pelas contrapartes e os valores estimados pela administração.
- O valor justo dos derivativos contratados é obtido de acordo com o mercado onde os mesmos foram contratados e também onde os instrumentos encontram-se inseridos.

4.7. Impacto dos instrumentos derivativos no resultado

Os ganhos e perdas por mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na demonstração de resultados separadamente entre os resultados realizados (correspondentes aos instrumentos financeiros derivativos que já foram liquidados) e os resultados não realizados (correspondentes aos instrumentos financeiros derivativos ainda não liquidados).

4.8. Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos derivativos cotados em bolsas organizadas (BM&FBOVESPA e Chicago Board of Trade) são determinados com base nas cotações vigentes na data do balanço. Para estimar o valor justo de derivativos não negociados em bolsas organizadas são utilizadas cotações de instrumentos similares ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro e metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor justo estimado.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os derivativos existentes no FIM Guardian (derivativos de moeda e índices), são marcados a mercado pelo próprio fundo de investimento de acordo com regras próprias dos fundos de investimentos; ou seja, usando curvas de mercado da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F), CETIP S.A., entre outros, sendo os mesmos examinados por auditores independentes.

Metodologias específicas utilizadas para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia:

- Instrumentos financeiros derivativos de *commodities* agrícolas - o valor justo é obtido por meio de várias fontes de mercado, incluindo cotações fornecidas por corretoras internacionais, bancos internacionais e disponíveis na Bolsa de Chicago (CBOT).
- Instrumentos financeiros derivativos de moedas estrangeiras - o valor justo é determinado com base nas informações obtidas de fontes de mercado diversas, incluindo, conforme o caso, BM&FBOVESPA, CETIP S.A., os bancos locais, além de informações enviadas pela contraparte.

a) Análise de sensibilidade

A Administração identificou para cada tipo de instrumento financeiro derivativo a situação de variação nas taxas de câmbio, taxa de juros ou preços de *commodities* que podem gerar perda no ativo e/ou passivo que está sendo protegido ou, no caso de instrumentos derivativos relacionados com operações previstas não contabilizadas no balanço, no valor justo dos instrumentos derivativos contratados.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Essa análise contempla a realização de 5 distintos cenários que diferem entre si pela intensidade de variação em relação ao mercado atual. Em 30 de junho de 2015, foram considerados como referência para os cenários provável para os próximos 12 meses, I, II, III e IV uma variação em relação ao mercado atual de 0%, -50%, -25%, +25%, +50%, respectivamente.

Para a elaboração do Cenário Provável foram considerados os preços de mercado de cada um dos ativos de referência dos instrumentos de derivativos detidos pela Companhia na data de fechamento deste exercício. Como todos esses ativos estão inseridos em mercados competitivos e abertos, o preço de mercado atual é uma referência satisfatória para o preço esperado desses ativos. Dessa forma, como o preço de mercado atual foi a referência para o cálculo tanto do valor contábil dos derivativos como do Cenário Provável o resultado deste é igual à zero.

As premissas e cenários são como segue:

	30 de junho de 2015				
	Cenário provável	Cenário I -50%	Cenário II -25 %	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Taxa de câmbio - R\$/US\$	3,49	1,74	2,62	4,36	5,23
Soja - US\$ / bushel – Julho 2015 (CBOT)	10,56	5,28	7,92	13,20	15,84
Soja - US\$ / bushel – Julho 2016 (CBOT)	10,14	5,07	7,61	12,68	15,21
Milho - US\$ / bushel – Dezembro 2015 (CBOT)	4,32	2,16	3,24	5,39	6,47

	30 de junho de 2014				
	Cenário provável	Cenário I -50%	Cenário II -25 %	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Taxa de câmbio - R\$/US\$	2,20	1,10	1,65	2,75	3,30
Soja - US\$ / bushel – Maio 2015 (CBOT)	11,76	5,88	8,82	14,70	17,64
Soja - US\$ / bushel – Julho 2015 (CBOT)	11,81	5,90	8,86	14,76	17,71
Milho - US\$ / saca – Setembro 2014 (BM&F)	10,73	5,36	8,05	13,41	16,09
Milho - US\$ / bushel – Setembro 2014 (CBOT)	4,19	2,09	3,14	5,23	6,28

Brasiliagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir apresenta, para cada transação, o efeito na variação do valor justo estimado em 30 de junho de 2015 do instrumento financeiro derivativo, assim como, o efeito no aumento ou redução do valor justo estimado do correspondente ativo ou passivo relacionado. O efeito na variação do valor justo e na variação do ativo ou passivo tem sido determinado em forma individual para cada instrumento financeiro derivativo, ativo ou passivo, para cada transação e para cada cenário sem considerar efeitos combinados ou compensatórios da mudança de mais de uma variável ou de uma mesma variável em outros instrumentos financeiros derivativos, ou seja, mantendo todas as demais variáveis constantes. Portanto, cada linha da tabela deverá ser considerada de forma individual sem considerar efeitos apresentados em outras linhas.

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

30 de junho de 2015									
Operação	Risco	Análise de sensibilidade (R\$)					Posição comprada (vendida)		Datas de vencimento
		Baixa		Alta			Notional	Unidade de medida	
		Cenário Provável	Cenário (I) - 50%	Cenário (II) - 25%	Cenário (III) + 25%	Cenário (IV) + 50%			
SOJA	USD	-	34.466	15.865	(15.533)	(31.290)	(988.786)	sacas de soja	jul/15 a jul/16
		-	(21.943)	(11.379)	10.522	21.086	13.387	US\$000	jul/15 a set/15

30 de junho de 2014									
Operação	Risco	Análise de sensibilidade (R\$)					Posição comprada (vendida)		Datas de vencimento
		Baixa		Alta			Notional	Unidade de medida	
		Cenário Provável	Cenário (I) - 50%	Cenário (II) - 25%	Cenário (III) + 25%	Cenário (IV) + 50%			
Derivativo	SOJA	-	5.190	2.595	(2.595)	(5.190)	(181.428)	sacas de soja	abr/15 a jun/15
	MILHO	-	133	69	(59)	(123)	25	sacas de milho	set/14
	USD	-	(17.444)	(8.839)	10.904	16.413	9.303	US\$000	jul/14 a jul/15

- a) Em 30 de junho de 2015, foi considerado como referência para a elaboração do Cenário Provável os preços de mercado de cada um dos ativos de referência dos instrumentos de derivativos detidos pela Companhia na data de fechamento deste exercício. Como todos esses ativos estão inseridos em mercados competitivos e abertos, o preço de mercado atual é uma referência satisfatória para o preço esperado desses ativos. Dessa forma, como o preço de mercado atual foi a referência para o cálculo tanto do valor contábil dos derivativos como do Cenário Provável o resultado deste é igual a zero.

Adicionalmente, apresentamos no quadro abaixo o resumo dos possíveis cenários para os próximos 12 meses dos empréstimos e recebíveis da Companhia. Utilizamos fontes confiáveis de divulgação de índices para as taxas utilizadas no "Cenário provável".

Consolidado

Valores expressos em milhares de reais R\$														
(*) taxas médias anuais			Atual		Cenário I - Provável		Cenário I - Possível		Cenário II - Remoto		Cenário I - Possível		Cenário II - Remoto	
Risco	Classificação	Detalhes	Saldos em 30 de junho de 2015		Saldo (R\$)		Queda		Saldo (R\$)		Aumento		Saldo (R\$)	
			Notional	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa		
CDI	CAIXA	Aplicação - CDI	135.946	13,64%	421	13,95%	(4.741)	10,46%	(9.482)	6,98%	4.741	17,44%	9.482	20,93%
CDI	CAIXA	Títulos e Valores Mobiliários - CDI	203.958	13,64%	632	13,95%	(7.113)	10,46%	(14.226)	6,98%	7.113	17,44%	14.226	20,93%
USD	CAIXA	Aplicação - USD	8.974	3,10	1.121	3,49	(2.243)	2,62	(4.487)	1,74	2.243	4,36	4.487	5,23
		Subtotal	348.878		2.174		(14.097)		(28.195)		14.097		28.195	
TJLP	Financiamento	Financiamento em TJLP - BNDES	(26.992)	6,00%	(135)	6,50%	439	4,88%	877	3,25%	(439)	8,13%	(877)	9,75%
CDI	Financiamento	Financiamento - CDI	(5.066)	13,64%	(16)	13,95%	177	10,46%	353	6,98%	(177)	17,44%	(353)	20,93%
NA	Financiamento	Crédito Rural	(382)	5,88%	-	N/A	-	N/A	-	N/A	-	N/A	-	N/A
NA	Financiamento	Fundos Constitucionais	(48.188)	9,75%	-	N/A	-	N/A	-	N/A	-	N/A	-	N/A
NA	Financiamento	BNDES	(10.667)	4,23%	-	N/A	-	N/A	-	N/A	-	N/A	-	N/A
SELIC	Financiamento	FINEM - BNDES	(6.376)	13,64%	(20)	13,95%	222	10,46%	445	6,98%	(222)	17,44%	(445)	20,93%
USD	Financiamento	Fixed USD	(4.832)	3,10	604	3,49	(1.208)	2,62	(2.416)	1,74	1.208	4,36	2.416	5,23
NA	Financiamento	Arrendamento Financeiro Canavial - Parceria III	(7.576)	6,92%	-	N/A	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
		Subtotal	(110.079)		433		(370)		(741)		370		741	
IGPM	Divida	Fazenda a pagar	(29.023)	5,58%	(354)	6,80%	493	5,10%	987	3,40%	(493)	8,50%	(987)	10,20%
CDI	Divida	Fazenda a pagar	(19.817)	13,64%	(61)	13,95%	691	10,46%	1.382	6,98%	(691)	17,44%	(1.382)	20,93%
		Subtotal	(48.840)		(415)		1.184		2.369		(1.184)		(2.369)	
Sacas de Soja	Receivável	Receiváveis de Fazendas	465.000	65,63	-	65,63	(7.629)	49,22	(15.259)	32,81	7.629	82,04	15.259	98,44
Sacas de Soja	Receivável	Receiváveis de Fazendas	92.500	60,00	-	60,00	(1.388)	45,00	(2.775)	30,00	1.388	75,00	2.775	90,00
Sacas de Soja	Receivável	Receiváveis de Fazendas	80.325	60,64	-	60,64	(1.218)	45,48	(2.435)	30,32	1.218	75,80	2.435	90,96
Sacas de Soja	Receivável	Receiváveis de Fazendas	120.492	61,33	-	61,33	(1.847)	46,00	(3.695)	30,67	1.847	76,66	3.695	92,00
		Subtotal	758.317		-		(12.082)		(24.164)		12.082		24.164	

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco ao qual a Companhia está exposta decorre da possibilidade de não recuperar os valores a receber por venda de cana, grãos e arrendamento de áreas.

Para reduzir o risco de crédito presente nas operações comerciais, a Companhia adota a prática de definir limites de créditos onde analisa fatores como: tempo de abertura da empresa, histórico de negócios com a Companhia, referências comerciais e Serasa. A Companhia também realiza o acompanhamento constante dos saldos devedores.

Atualmente, a administração não espera perdas significativas em virtude de inadimplemento de suas contrapartes superiores aos valores provisionados e as exposições da Companhia estão dentro dos limites vigentes de crédito.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa e investimentos de curto prazo suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O caixa excedente é investido principalmente no fundo de investimento FIM Guardian, classificado como um fundo de investimento multimercado, gerido pelo Banco BTG Pactual S.A., que tem uma política clara de investimentos, com limites à concentração de risco nos correspondentes investimentos.

A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros da Companhia por grupo de vencimento com base no exercício remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais descontados, além dos derivativos por montantes líquidos, cujo valor justo é divulgado. Com relação às contas a pagar para a compra de fazendas, todos os valores devidos em 30 de junho de 2015 e 2014 são devidos mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes pelos vendedores e, por isso, sua data de pagamento não pode ser determinada. Assim são considerados como pagáveis à vista na tabela a seguir, sendo que juros ou outros encargos financeiros não foram considerados.

Passivos financeiros consolidados	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2015					
Fornecedores	5.545	-	-	-	5.545
Operações com derivativos	5.655	1.670	-	-	7.325
Empréstimos e financiamentos	50.900	15.973	14.659	28.547	110.079
Aquisições a pagar	48.840	-	-	-	48.840
Transações com partes relacionadas	480	-	-	-	480
Em 30 de junho de 2014					
Fornecedores	8.158	-	-	-	8.158
Operações com derivativos	204	-	-	-	204
Empréstimos e financiamentos	62.253	13.859	29.539	14.511	120.162
Aquisições a pagar	44.820	-	-	-	44.820
Transações com partes relacionadas	33.237	-	-	-	33.237

Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.9. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Conforme o quadro abaixo, a Companhia apresenta dívida líquida de empréstimos, aquisições a pagar e fornecedores e o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 18)	110.079	120.162
Total de aquisições a pagar (Nota 16)	48.840	44.820
Total de fornecedores (Nota 17)	5.545	8.158
	164.464	173.140
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(75.620)	(86.745)
Menos: títulos e valores mobiliários (Notas 5 e 11)	(274.726)	(35.314)
	(350.346)	(122.059)
Dívida líquida	(185.882)	51.081
Total do patrimônio líquido	752.106	583.906
Índice de alavancagem financeira	-	9%

Em 30 de junho de 2015, a Companhia não possuía alavancagem financeira. O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

4.10. Hierarquia do valor justo e instrumentos financeiros por categoria

Consideramos que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos *impairment*, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta a categoria dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, bem como o nível de hierarquia do valor justo:

Consolidado - R\$ mil	Nota	30 de junho de 2015					30 de junho de 2014				
		Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Designado ao valor justo por meio do resultado	Total	Fair value Nível 2	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Designado ao valor justo por meio do resultado	Total	Fair value Nível 2
Ativo											
Circulante											
Equivalentes de caixa	5.1	63.060	-	-	63.060	63.060	71.498	-	-	71.498	71.498
Títulos e valores mobiliários	5.2	-	69.300	203.958	273.258	273.258	-	21.532	-	21.532	21.532
Clientes, líquidos	7	27.816	-	-	27.816	27.816	34.145	-	-	34.145	34.145
Crédito por venda de fazenda, líquido	7	-	-	18.212	18.212	18.212	-	-	30.865	30.865	30.865
Operações com derivativos	6	-	-	13.498	13.498	13.498	-	-	18.255	18.255	18.255
Não circulante											
Títulos e valores mobiliários	11	1.468	-	-	1.468	1.468	13.782	-	-	13.782	13.782
Clientes, líquidos	7	394	-	-	394	394	566	-	-	566	566
Crédito por venda de fazenda, líquido	7	-	-	22.408	22.408	22.408	-	-	36.887	36.887	36.887
Operações com derivativos	6	-	-	408	408	408	63	-	-	63	63
Transações com partes relacionadas	32	39.060	-	-	39.060	39.060	26.068	-	-	26.068	26.068
Total		131.798	69.300	258.484	459.582	459.582	146.122	21.532	86.007	253.661	253.661

Consolidado - R\$ mil	Nota	30 de junho de 2015					30 de junho de 2014				
		Designados a valor justo por meio do resultado	Passivos Financeiros ao custo amortizado	Total	Fair value Nível 2	Designados a valor justo por meio do resultado	Passivos Financeiros ao custo amortizado	Total	Fair value Nível 2		
Passivo											
Circulante											
Fornecedores	17	-	5.545	5.545	5.545	-	8.158	8.158	8.158	8.158	8.158
Empréstimos e financiamentos (i)	18	-	47.525	47.525	47.525	-	62.253	62.253	62.253	62.253	62.253
Arrendamento financeiro canavial - Parceria III (ii)	18	3.375	-	3.375	-	-	-	-	-	-	-
Operações com derivativos	6	5.655	-	5.655	5.655	204	-	204	204	204	204
Contas a pagar por aquisição	16	-	48.840	48.840	48.840	-	44.820	44.820	44.820	44.820	44.820
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos (i)	18	-	54.978	54.978	54.978	-	57.909	57.909	57.909	57.909	57.909
Arrendamento financeiro canavial - Parceria III (ii)	18	4.201	-	4.201	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.670	-	1.670	1.670	-	-	-	-	-	-
Transações com partes relacionadas	32	-	-	-	-	-	33.019	33.019	33.019	33.019	33.019
Total		14.901	156.888	171.789	164.213	204	206.159	206.363	206.363	206.363	206.363

(i) O valor contábil dos empréstimos e financiamentos apresentados nas demonstrações financeiras, aproximam-se do valor justo uma vez que, as taxas destes instrumentos são substancialmente subsidiadas e a não há intenção de liquidação antecipada;

(ii) O arrendamento financeiro é mensurado ao valor justo no nível 3.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Caixa e bancos (Nota 4.3a)	8.947	14.245	12.560	15.247
Operações compromissadas (Notas 4.3b e 4.10)	2.170	25.230	26.302	66.267
Certificado de depósitos bancários (Notas 4.3b, 4.10 e 7.f)	2.275	-	36.758	5.231
	<u>13.392</u>	<u>39.475</u>	<u>75.620</u>	<u>86.745</u>

A Companhia possui R\$8.943 (R\$13.861 em 30 de junho de 2014) na Controladora e R\$8.974 (R\$13.861 em 30 de junho de 2014) no Consolidado, de saldos bancários denominados em dólares americanos sobre o qual não há remuneração.

Os títulos de depósitos a prazo, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (acordos de recompra), realizadas em 30 de junho de 2015 e 30 de junho 2014, contratualmente, determinam as contras partes do resgate, do montante originalmente investido acrescido de juros até a data de resgate sem qualquer penalização (exceto no caso de certificados de depósitos bancários, onde o resgate no prazo abaixo de 30 dias de aplicação tem incidência de IOF, alíquota conforme a tabela escalonada decrescente divulgada pela Receita Federal), a qualquer momento e sem aviso prévio. Esta disposição efetivamente resulta em depósitos à vista, apesar de ter uma data de vencimento.

Os montantes investidos são remunerados com base em um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgada diariamente pela CETIP, entidade que fornece serviços de custódia e depositário), que variou de 90% a 102,54% em 30 de junho de 2015 e de 91% a 101,50% em 30 de junho de 2014.

5.2. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Cotas de fundos exclusivo - FIM GUARDIAN (Notas 4.3b e 4.10)	87.197	28.842	-	-
Cotas em fundos de investimentos não exclusivas (Notas 4.3b e 4.10) (ii)	-	-	69.300	21.532
Aplicações financeiras restritas (i) (Notas 4.3b, 4.10 e 7.f)	-	-	203.958	-
	<u>87.197</u>	<u>28.842</u>	<u>273.258</u>	<u>21.532</u>

(i) Refere-se a aplicação financeira proveniente da venda da Fazenda Cremaq, cuja liberação está vinculada ao cumprimento de certas condições contratuais precedentes, de natureza rotineira do negócio da Companhia, descrito na Nota 1.1.

O fundo de investimento exclusivo FIM Guardian, administrado pelo banco BTG Pactual, possui a seguinte composição em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014:

	Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Títulos públicos (a)	12.694	13.677
Fundos de investimentos em renda fixa (ii)	69.300	21.532
Operações compromissadas	1.718	1.368
Certificados de depósitos bancários	27.547	-
Derivativos	(3.152)	2.989
Outros	(12)	5
(b)	<u>108.095</u>	<u>39.571</u>

(a) Aplicações em LFT referente a depósitos de margem colocados em garantia de operações com derivativos do fundo. Nas Demonstrações financeiras consolidadas o respectivo valor foi reclassificado para rubrica de operações com derivativos no ativo circulante conforme Nota 6.

(b) Em 30 de junho de 2015, o montante de R\$108.095 (R\$39.571 em 30 de junho de 2014) é composto por R\$87.197 (R\$28.842 em 30 de junho de 2014) aplicados na Brasilagro e R\$20.898 (R\$10.729 em 30 de junho de 2014) aplicados nas demais empresas do grupo.

Brasiliagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Operações com derivativos

Risco	Vencimento	Instrumentos derivativos em aberto	Contraparte	Controladora		Consolidado		Total	30 de junho de 2015		
				A receber	A pagar	A receber	A pagar	Saldo líquido	Notional ('000)	Posição comprada (vendida)	Posição
										Unidade	
Moeda US\$	agosto-15	BM&F	BM&F	-	-	-	(424)	(424)	19.000	-	US\$
Moeda US\$	julho-15	NDF	Bancos	-	-	-	(1.466)	(1.466)	(2.280)	-	US\$
Moeda US\$	agosto-15	NDF	Bancos	-	-	-	(228)	(228)	(700)	-	US\$
Moeda US\$	setembro-15	NDF	Bancos	-	(283)	-	(283)	(283)	1.567	-	US\$
Moeda US\$	julho-16	Opções	Bancos	-	-	-	(1.034)	(1.034)	(4.200)	-	US\$
		Circulante		-	(283)	-	(2.401)	(2.401)	17.587	-	US\$
		Não Circulante		-	-	-	(1.034)	(1.034)	(4.200)	-	US\$
		Total Risco com Moeda		-	(283)	-	(3.435)	(3.435)	13.387	-	US\$
Soja CBOT	julho-15	Derivativos Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	-	(1.126)	-	(1.126)	(1.126)	-	(308.429)	sacas
Soja CBOT	junho-16	Derivativos Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	-	(1.676)	-	(1.676)	(1.676)	-	(544.286)	sacas
Milho CBOT	novembro-15	Derivativos Milho (i)	Trading Companies/Bancos/CBOT	135	(452)	135	(452)	(317)	-	-	sacas
Soja CBOT	julho-16	Opções	Trading Companies/Bancos/CBOT	408	(636)	408	(636)	(228)	-	(136.071)	sacas
		Circulante		135	(3.254)	135	(3.254)	(3.119)	-	(852.714)	sacas
		Não Circulante		408	(636)	408	(636)	(228)	-	(136.071)	sacas
		Total Risco com commodities		543	(3.890)	543	(3.890)	(3.347)	-	(988.786)	sacas
		Total Riscos		543	(4.173)	543	(7.325)	(6.782)	13.387	(988.786)	
		Margem depositada		669	-	13.363	-	13.363	-	-	
		Circulante		804	(3.537)	13.498	(5.655)				
		Não circulante		408	(636)	408	(1.670)				
		Resultado em 30 de junho de 2015 (Nota 27)		39.914	(35.016)	52.340	(39.939)				

(i) Em 30 de junho de 2015, a operação (posição) de milho foi liquidada e sua compensação financeira irá ocorrer dois dias após a liquidação.

Risco	Vencimento	Instrumentos derivativos em aberto	Contraparte	Controladora		Consolidado		Total	30 de junho de 2014		
				A receber	A pagar	A receber	A pagar	Saldo líquido	Notional ('000)	Posição comprada (vendida)	Posição
										Unidade	
Moeda US\$	julho-14	BM&F	Bancos	-	-	495	-	495	41.750	-	US\$
Moeda US\$	julho-14	NDF	Bancos	-	-	1.933	-	1.933	(16.319)	-	US\$
Moeda US\$	agosto-14	NDF	Bancos	-	-	63	-	63	5.000	-	US\$
Moeda US\$	março-15	NDF	Bancos	-	-	435	-	435	(2.644)	-	US\$
Moeda US\$	julho-15	NDF	Bancos	-	-	63	-	63	(2.280)	-	US\$
Moeda US\$	julho-14	Opções	Bancos	1.101	-	1.101	-	1.101	(16.204)	-	US\$
		Circulante		1.101	-	4.027	-	4.027	11.583	-	US\$
		Não Circulante		-	-	63	-	63	(2.280)	-	US\$
		Total Risco com Moeda		1.101	-	4.090	-	4.090	9.303	-	US\$
Soja CBOT	abril-15	Derivativos Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	340	-	340	-	340	-	(90.714)	sacas
Soja CBOT	junho-15	Derivativos Soja	Trading Companies/Bancos/CBOT	446	-	446	-	446	-	(90.714)	sacas
Milho CBOT	setembro-14	Derivativos Milho	Trading Companies/Bancos/CBOT	-	(204)	-	(204)	(204)	-	166.684	sacas
Milho BM&F	setembro-14	Derivativos Milho BM&F	BM&F	22	-	22	-	22	-	(166.659)	sacas
		Circulante		808	(204)	808	(204)	604	-	(181.403)	sacas
		Não Circulante		-	-	-	-	-	-	-	sacas
		Total Risco com commodities		808	(204)	808	(204)	604	-	(181.403)	sacas
		Total Riscos		1.909	(204)	4.898	(204)	4.694	9.303	(181.403)	
		Margem depositada		(257)	-	13.420	-	13.420			
		Circulante		1.652	(204)	18.255	(204)				
		Não circulante		-	-	63	-				
		Resultado em 30 de junho de 2014 (Nota 27)		2.835	(3.712)	2.835	(8.418)				

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e contratos a termo de *commodities* para proteção contra risco de variação das taxas de câmbio e dos preços de commodities, respectivamente.

Os depósitos de margens em operações com derivativos se referem às chamadas de margens por contrapartes em operações de instrumentos derivativos.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante se, o período remanescente para o vencimento do instrumento derivativo for superior a um ano e, como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do instrumento derivativo for inferior a um ano.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Venda de cana de açúcar (c)	9.868	7.423	9.868	7.423
Venda de grãos (d)	16.137	18.769	17.468	25.891
Arrendamentos e Aluguéis	506	599	535	599
Venda de máquinas	796	1.045	811	1.285
Venda de fazendas (e)	-	-	21.212	30.865
	<u>27.307</u>	<u>27.836</u>	<u>49.894</u>	<u>66.063</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(861)	(883)	(3.866)	(1.053)
Total circulante	<u>26.446</u>	<u>26.953</u>	<u>46.028</u>	<u>65.010</u>
Venda de máquinas	394	566	394	566
Venda de fazendas (e)	-	-	22.408	36.887
Total não circulante	<u>394</u>	<u>566</u>	<u>22.802</u>	<u>37.453</u>

a) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 30 de junho de 2013	1.442	1.798
Constituição da provisão	1.045	1.549
Baixa ou reversão	(1.604)	(2.294)
Saldo em 30 de junho de 2014	883	1.053
Constituição da provisão	1.133	4.250
Baixa ou reversão	(1.155)	(1.437)
Em 30 de junho de 2015	<u>861</u>	<u>3.866</u>

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica despesas com vendas na demonstração do resultado. A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é obtida por meio da análise de inadimplência de forma individual por cliente e os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

(b) Composição do contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
A vencer:				
Até 30 dias	7.581	17.730	9.195	43.248
De 31 a 90 dias	16.339	6.252	21.235	9.090
De 91 a 180 dias	925	534	954	534
De 181 a 360 dias	1.286	1.644	14.160	11.275
Acima de 360 dias	394	566	22.802	37.453
Vencidos:				
Até 30 dias	315	783	484	853
De 31 a 90 dias	-	10	-	10
De 91 a 180 dias	6	-	7	-
De 181 a 360 dias	4	-	8	140
Acima de 360 dias	851	883	3.851	913
	<u>27.701</u>	<u>28.402</u>	<u>72.696</u>	<u>103.516</u>

(c) Venda de cana-de-açúcar

A Companhia possui um contrato de fornecimento de cana-de-açúcar junto a empresa Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável e os riscos de crédito são avaliados de acordo com a política interna conforme apresentados na Nota 4.8b.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Venda de grãos

No exercício findo em 30 de junho de 2015, os valores a receber correspondem principalmente à venda de milho e soja para ADM do Brasil, Amaggi e Bunge sendo que no exercício findo em 30 de junho de 2014, os principais clientes eram: Amaggi, Bunge e Multigrain.

(e) Composição dos créditos por venda de fazenda

Os totais vendidos, os valores recebidos e valores a receber por venda de fazenda são como segue:

Fazenda	Total Vendido			Recebido			Saldo				Consolidado
	Data	Sacas de soja	R\$	Data	Sacas de soja	R\$	Vencimento	Sacas de soja (Nota 4.8a)	R\$ (Nota 4.3c)	Taxa de Desconto	
São Pedro	28/09/2011	580.000	28.974	28/09/2011	50.000	2.250	30/03/2016	92.500	5.020	14,30%	
	-	-	-	31/03/2012	160.000	7.519	-	-	-	-	
	-	-	-	31/03/2013	92.500	4.162	-	-	-	-	
	-	-	-	31/03/2014	92.500	5.456	-	-	-	-	
	-	-	-	30/03/2015	92.500	5.513	-	-	-	-	
	-	580.000	28.974	-	487.500	24.900	-	92.500	5.020	-	
Fazenda Horizontina (i)	Total Vendido			Recebido			Saldo				
	Data	Sacas de soja	R\$	Data	Sacas de soja	R\$	Vencimento	Sacas de soja	R\$	Taxa de Desconto	
	11/10/2012	-	75.000	11/10/2012	-	27.000	-	-	3.000	-	
	-	-	-	31/01/2013	-	45.000	-	-	-	-	
	-	-	75.000	-	-	72.000	-	-	3.000	-	
Fazenda Araucária I	Total Vendido			Recebido			Saldo				
	Data	Sacas de soja	R\$	Data	Sacas de soja	R\$	Vencimento	Sacas de soja	R\$	Taxa de Desconto	
	25/04/2013	248.325	11.682	25/04/2013	36.000	1.728	30/08/2015	30.000	1.768	14,03%	
	-	-	-	31/08/2013	36.000	2.053	30/03/2016	25.000	1.389	14,30%	
	-	-	-	31/03/2014	33.000	1.964	30/08/2016	25.325	1.341	14,16%	
-	-	-	31/08/2014	33.000	1.898	-	-	-	-		
-	-	-	30/03/2015	30.000	1.845	-	-	-	-		
	-	248.325	11.682	-	168.000	9.488	-	80.325	4.498	-	
Fazenda Araucária II	Total Vendido			Recebido			Saldo				
	Data	Sacas de soja	R\$	Data	Sacas de soja	R\$	Vencimento	Sacas de soja	R\$	Taxa de Desconto	
	27/06/2014	735.000	41.341	07/07/2014	75.000	4.500	30/08/2015	60.000	3.570	14,03%	
	-	-	-	10/11/2014	75.000	4.500	30/08/2016	180.000	9.634	14,16%	
	-	-	-	05/06/2015	120.000	6.900	30/08/2017	150.000	7.711	13,45%	
-	-	-	-	-	-	30/08/2018	75.000	3.722	12,99%		
	-	735.000	41.341	-	270.000	15.900	-	465.000	24.637	-	
Fazenda Cremaq (ii)	Total Vendido			Recebido			Saldo				
	Data	Sacas de soja	R\$	Data	Sacas de soja	R\$	Vencimento	Sacas de soja	R\$	Taxa de Desconto	
	10/05/2013	901.481	42.104	10/05/2013	90.148	4.561	30/06/2016	120.492	6.465	14,30%	
	30/03/2015	11.166	550	15/08/2013	67.611	4.294	-	-	-	-	
	10/06/2015	-	238.000	30/10/2013	67.611	4.023	-	-	-	-	
-	-	-	30/06/2014	279.459	17.466	-	-	-	-		
-	-	-	10/06/2015	-	238.000	-	-	-	-		
-	-	-	30/06/2015	287.326	17.110	-	-	-	-		
	-	912.647	280.654	-	792.155	285.454	-	120.492	6.465	-	
Horizontina				(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa			-	-	(3.000)	-	
Total líquido		2.475.972	437.651		1.717.655	407.742		758.317	40.620		

i) Fazenda Horizontina

O saldo remanescente a receber da fazenda Horizontina no valor de R\$3.000, será recebido mediante o cumprimento de determinadas condições precedentes. Em 30 de junho de 2015, a Companhia constituiu uma provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com sua política interna no valor de R\$3.000. A perda estimada foi registrada na rubrica de despesas com vendas (Nota 7.a).

Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Fazenda Cremaq

Em 20 de fevereiro de 2015, por ocasião de um levantamento topográfico da área adquirida verificou-se uma diferença de 62 hectares entre a quantidade mensurada e o valor contido no contrato de venda celebrado em 10 de maio de 2013, resultando em um acréscimo de 11.166 sacas ao preço de venda. A operação gerou um ganho de R\$441 sendo, R\$550 em receita de venda (Nota 7.f) e (R\$109) referentes a baixa do custos da terra.

Em 10 de junho de 2015, a Companhia por meio de sua subsidiária Imobiliária Cremaq, reconheceu o valor R\$238.000 como venda total da fazenda Cremaq e R\$28.000 pela venda dos ativos imobilizados. O pagamento e a transferência da posse ocorreram integralmente até a data de encerramento das demonstrações financeiras de 30 de junho de 2015. Toda a operação de venda está descrita na Nota 1.1.

(e) Composição do ganho com venda de fazendas

	Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Valor da venda de fazenda (i)	266.550	33.737
Valor residual da fazenda	(73.086)	(11.892)
Ganho com venda de fazenda	193.464	21.845

(i) o valor de R\$266.550 é composto por R\$266.000 relativos a venda da fazenda Cremaq e R\$550 relativos a venda remanescente (Nota 7.e.ii).

(f) Movimentação do contas a receber por venda de fazenda, líquido

	Consolidado
Saldo em 30 de junho de 2013	64.117
Venda	33.737
Recebimentos	(35.255)
Atualização do valor nominal	2.940
Realização AVP	2.213
Saldo em 30 de junho de 2014	67.752
Venda	266.550
Recebimentos (i)	(308.266)
Atualização do valor nominal	13.321
Realização AVP	4.263
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.000)
Em 30 de junho de 2015	40.620

(i) Do montante total recebido, R\$202.500 está mantido como títulos e valores mobiliários até a sua liberação, conforme mencionado na Nota 5.2 (i), cujo valor atualizado em 30 de junho de 2015 é de R\$203.958.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
IRRF sobre aplicações financeiras a compensar	4.725	2.991	5.011	3.142
Outros impostos e contribuições a compensar	302	503	401	607
Total circulante	<u>5.027</u>	<u>3.494</u>	<u>5.412</u>	<u>3.749</u>
ICMS a recuperar	7.892	7.238	7.892	7.914
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	468	239	468	239
PIS e COFINS não cumulativo a compensar	9.298	7.608	12.265	10.437
IRRF sobre aplicações financeiras a compensar	3.054	10.819	3.977	11.259
Total não circulante	<u>20.712</u>	<u>25.904</u>	<u>24.602</u>	<u>29.849</u>

A Companhia possui créditos acumulados de PIS e COFINS vinculados à receita financeira e exportação no período de 2008 à 2011, que foram objetos de pedido de ressarcimento em novembro de 2014 junto à RFB (Receita Federal do Brasil) no valor total de R\$2.902.

A Companhia ingressou junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí uma solicitação de homologação do saldo credor de ICMS no valor de R\$3.091 a ser transferido para outros contribuintes no mesmo Estado com o propósito de pagamento de fornecedores na compra de insumos e ativos. A Sefaz deferiu parcialmente o pedido, homologando R\$581, vinculando esses créditos à “venda para fins de exportação” na qual poderá ser transferidos a terceiros.

A Receita Federal do Brasil homologou e ressarciu em fevereiro de 2015 parte do valor incluído na solicitação de novembro de 2014, nos montantes de R\$258 referente ao saldo negativo de CSLL ano 2009 e R\$3.781 referente ao saldo negativo de IRPJ ano 2010. Consta em análise pela Receita Federal do Brasil o valor de R\$1.812 referente ao saldo negativo de IRPJ ano 2009 parte integrante do pedido de novembro de 2014.

A Companhia ingressou com pedido de ressarcimento de IRRF sobre aplicações financeiras junto à Receita Federal, sendo R\$1.365 referente a créditos do ano de 2013 e R\$191 referente ao ano de 2012, ambos pertencentes a Companhia. A subsidiária Jaborandi Ltda. ingressou com o pedido de ressarcimento de IRRF sobre aplicações financeiras referente ao ano de 2013 no valor de R\$141.

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Soja	15.642	19.775	15.744	19.927
Milho	6.182	6.734	6.182	9.551
Outros cultivos	38	40	38	40
Produtos agrícolas	<u>21.862</u>	<u>26.549</u>	<u>21.964</u>	<u>29.518</u>
Insumos	2.952	6.345	5.442	9.804
Adiantamento a fornecedores	931	751	4.819	888
	<u>25.745</u>	<u>33.645</u>	<u>32.225</u>	<u>40.210</u>

Os valores de estoque de produtos agrícolas estão apontados pelo valor líquido de provisão, cuja movimentação encontra-se abaixo:

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.1 Ajuste a valor recuperável dos estoques de produtos agrícolas

Em 30 de junho de 2014	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	(18)	(24)
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	(1.464)	(2.043)
Realização em custo de venda	388	423
Saldo contábil, líquido	(1.094)	(1.644)
Em 30 de junho de 2015		
Saldo inicial	(1.094)	(1.644)
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	(2.800)	(3.038)
Realização em custo de venda	2.976	3.764
Saldo contábil, líquido	(918)	(918)

10. Ativos biológicos

	Controladora		Consolidado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
	Grãos	Cana	Grãos	Cana
Saldos em 30 de junho de 2013	1.201	36.656	1.201	36.656
Aumentos decorrentes de plantio	87.437	4.318	112.282	4.318
Aumentos decorrentes de tratos (i)	-	34.302	-	30.430
Variação no valor justo (i)	2.668	(4.591)	1.811	(719)
Reduções decorrentes da colheita	(89.885)	(39.483)	(113.873)	(39.483)
Saldos em 30 de junho de 2014	1.421	31.202	1.421	31.202
Aumentos decorrentes de plantio	84.712	3.837	102.671	3.837
Aumentos decorrentes de tratos (i)	-	44.931	-	41.361
Contrato de arrendamento Brenco	-	7.707	-	7.707
Variação no valor justo (i)	7.908	484	5.734	4.054
Reduções decorrentes da colheita	(92.501)	(58.916)	(108.202)	(58.916)
Saldo em 30 de junho de 2015	1.540	29.245	1.624	29.245

(i) No consolidado há eliminação de custo de arrendamento entre partes relacionadas em relação à variação no valor justo e aumentos decorrentes de tratos.

Gastos com plantio e tratos culturais estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciação e mão de obra aplicada nas culturas.

A área a ser colhida correspondente aos ativos biológicos é como segue:

	Consolidado	
	Área Plantada (Hectares)	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Grãos	1.787	2.466
Cana (i)	27.909	20.927
	29.696	23.393

(i) Para a cana-de-açúcar a área considerada acima se refere ao total a ser colhido em todos os cortes futuros, considerados no fluxo de caixa para cálculo do valor justo dos ativos biológicos. Nesta área está considerada o total de 4.263 hectares arrendados da Brenco, conforme contrato firmado em 08 de maio de 2015.

O período de plantio até a colheita dos ativos biológicos é como segue:

Unidade	Localização	Período desde o plantio até a colheita									
		Cana	Soja	Milho	Milho safrinha	Arroz	Algodão	Sorgo	Gergilim	Chia	Pastagem
Faz. Cremaç (Nota 1.1)	Piauí	N/A	N/A	N/A	01/02 a 30/08	Não Planta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Faz. Jatobá	Bahia	N/A	25/10 a 30/05	25/10 a 30/06	N/A	Não Planta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Faz. Alto Taquari	Mato Grosso	01/02 a 30/11	01/10 a 28/02	01/10 a 30/10	N/A	Não Planta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Faz. Araucária	Goiás	01/02 a 30/11	01/10 a 28/02	01/10 a 30/10	N/A	Não Planta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Faz. Chaparral	Bahia	N/A	01/11 a 30/05	25/10 a 05/12	N/A	Não Planta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Faz. Nova Buriti	Minas Gerais	N/A	Não Planta / Colhe	N/A	N/A	Não Planta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Faz. Preferência	Bahia	N/A	Não Planta / Colhe	N/A	N/A	Não Planta	N/A	N/A	N/A	N/A	Todo o ano
Parceria II	Piauí	N/A	25/10 a 30/05	25/11 a 30/06	01/02 a 30/08	15/12 a 15/05	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Parceria III	Mato Grosso	01/02 a 30/11	Não Planta / Colhe	N/A	N/A	Não Planta	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Cresca	Paraguai	N/A	01/12 a 25/05	01/12 a 30/06	N/A	N/A	N/A	01/12 a 15/06	01/02 a 20/05	01/02 a 20/05	Todo o ano

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Títulos e valores mobiliários restritos

	índice de correção	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Não circulante					
Banco do Nordeste (BNB)	CDI	-	2.037	1.468	13.782
		-	2.037	1.468	13.782

Os títulos no BNB consistem em CDBs dados em garantias de financiamentos junto ao Banco BNB, devem ser mantidos até o fim da vigência do contrato que vence em julho de 2019.

Os montantes investidos são remunerados com base em um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgada diariamente pela CETIP, entidade que fornece serviços de custódia e depositário), que variou de 90% a 102,54% em 30 de junho de 2015.

12. Propriedades para investimento - não circulante

	Controladora					Propriedades para investimento total
	Terra – Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Abertura de área	Total em operação	Obras em andamento	
Em 30 de junho de 2014						
Saldo inicial	21.007	18.197	43.031	82.235	1.282	83.517
Aquisições	-	155	8.319	8.474	4.329	12.803
Baixas	-	-	(2.094)	(2.094)	(4)	(2.098)
Transferências	-	1.862	627	2.489	(2.489)	-
(-) Depreciação / Amortização	-	(44)	(8.197)	(8.241)	-	(8.241)
Saldo contábil, líquido	21.007	20.170	41.686	82.863	3.118	85.981
Em 30 de junho de 2014						
Custo total	21.007	22.930	78.634	122.571	3.118	125.689
Depreciação acumulada	-	(2.760)	(36.948)	(39.708)	-	(39.708)
Saldo contábil, líquido	21.007	20.170	41.686	82.863	3.118	85.981
Em 30 de junho de 2015						
Saldo inicial	21.007	20.170	41.686	82.863	3.118	85.981
Aquisições	2	80	2.767	2.849	25.318	28.167
Baixas (i)	-	(9.798)	(15.263)	(25.061)	(1.534)	(26.595)
Transferências	-	1.045	14.962	16.007	(16.007)	-
(-) Depreciação / Amortização	-	(1.848)	(8.049)	(9.897)	-	(9.897)
Saldo contábil, líquido	21.009	9.649	36.103	66.761	10.895	77.656
Em 30 de junho de 2015						
Custo total	21.009	14.257	81.100	116.366	10.895	127.261
Depreciação acumulada	-	(4.608)	(44.997)	(49.605)	-	(49.605)
Saldo contábil, líquido	21.009	9.649	36.103	66.761	10.895	77.656
	Consolidado					Propriedades para investimento total
	Terra – Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Abertura de área	Total em operação	Obras em andamento	
Em 30 de junho de 2014						
Saldo inicial	248.124	21.388	68.314	337.826	1.282	339.108
Aquisições	536	275	14.163	14.974	5.885	20.859
Baixas	(10.661)	-	(2.094)	(12.755)	(4)	(12.759)
Transferências	-	2.020	627	2.647	(2.647)	-
(-) Depreciação / Amortização	-	(45)	(12.360)	(12.405)	-	(12.405)
Saldo contábil, líquido	237.999	23.638	68.650	330.287	4.516	334.803
Em 30 de junho de 2014						
Custo total	237.999	26.772	119.377	384.148	4.516	388.664
Depreciação acumulada	-	(3.134)	(50.727)	(53.861)	-	(53.861)
Saldo contábil, líquido	237.999	23.638	68.650	330.287	4.516	334.803
Em 30 de junho de 2015						
Saldo inicial	237.999	23.638	68.650	330.287	4.516	334.803
Aquisições	327	82	4.866	5.275	25.354	30.629
Baixas (i)	(35.879)	(9.798)	(15.263)	(60.940)	(1.534)	(62.474)
Transferências	-	1.178	16.087	17.265	(17.265)	-
(-) Depreciação / Amortização	-	(2.016)	(12.595)	(14.611)	-	(14.611)
Saldo contábil, líquido	202.447	13.084	61.745	277.276	11.071	288.347
Em 30 de junho de 2015						
Custo total	202.447	18.234	125.067	345.748	11.071	356.819
Depreciação acumulada	-	(5.150)	(63.322)	(68.472)	-	(68.472)
Saldo contábil, líquido	202.447	13.084	61.745	277.276	11.071	288.347

(i) As baixas ocorridas no exercício findo em 30 de junho de 2015 deve-se substancialmente à venda da Fazenda Cremaq, sendo R\$35.790 referente a baixa da terra e R\$26.392 referente a baixa de benfeitorias e abertura de áreas.

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui quatro fazendas mantidas em garantia por empréstimos e financiamentos conforme Nota 18.

As propriedades para investimento avaliadas a valor justo são como segue:

Fazenda	Estado	Hectares		Imobiliária	Aquisição	Valor Justo		Valor de Custo	
		2015	2014			2015	2014	2015	2014
Jatobá	Bahia	31.606	31.606	Jaborandi Ltda	mar-07	298.815	314.436	62.621	65.192
Cremaq	Piauí	-	27.618	Cremaq Ltda	out-06	-	251.354	-	64.757
Alto Taquari	Mato Grosso	5.395	5.395	Mogno Ltda	ago-07	117.245	101.764	33.447	33.344
Araucária	Goiás	8.124	9.682	Araucária Ltda	abr-07	144.019	192.223	57.505	57.504
Chaparral	Bahia	37.183	37.183	Cajueiro Ltda	nov-07	256.919	275.382	76.872	61.739
Nova Buriti	Minas Gerais	24.211	24.211	Flamboyant Ltda	dez-07	29.654	22.271	22.014	22.020
Preferência	Bahia	17.799	17.799	Cajueiro Ltda	set-08	52.255	50.585	34.504	29.782
		124.318	153.494			898.907	1.208.015	286.963	334.338

O valor de custo em 2015 de R\$286.963 não é comparável com o valor da nota de propriedades para investimento, pois a nota contempla a Fazenda Avarandado (arrendada) e a mesma não faz parte do nosso portfólio de fazendas próprias.

13. Investimentos - Controladora

	Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia		Participação no capital total - %		Total do ativo		Total do passivo		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
	Subsidiárias:											
Araucária	85.451	85.136	99,99	99,99	92.251	113.589	3.726	4.622	88.525	108.967	12.223	21.859
Cremaq	40.361	40.361	99,99	99,99	233.069	77.981	191.848	21.866	41.221	56.115	185.088	6.628
Engenho de Maracaju	10	10	99,99	99,99	8	51	-	41	8	10	(2)	385
Imobiliária Jaborandi	36.183	35.980	99,99	99,99	41.603	41.449	1.350	1.691	40.253	39.758	1.295	1.883
Jaborandi Ltda	49.292	69.292	99,99	99,99	94.404	110.174	75.654	65.461	18.750	44.713	(5.963)	(9.150)
Cajueiro	59.219	58.984	99,99	99,99	61.958	61.450	566	470	61.392	60.980	1.308	1.562
Mogno	6.774	7.534	99,99	99,99	33.671	33.280	29.302	26.409	4.369	6.871	(1.742)	(739)
Ceibo	8.076	6.794	99,99	99,99	1	3.026	318	307	(317)	2.719	(4.318)	(1.604)
Flamboyant	825	787	99,99	99,99	646	646	-	34	646	612	(4)	(38)
Investimento ao custo:												
Green Ethanol LLC	-	4.376	-	40,65	-	138	-	7	-	131	-	(17)
Joint Venture												
Cresca *	-	-	50,00	50,00	143.929	81.491	44.200	31.175	99.729	50.316	(4.355)	(1.807)

* Os valores de total do ativo, passivo, patrimônio líquido (pelo valor justo na data de aquisição atualizado até 30 de junho de 2014) e prejuízo do exercício estão demonstrados proporcionalmente à participação detida na Cresca.

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação dos investimentos

	Cremaq	Engenho	Imobiliária Jaborandi	Jaborandi Ltda	Araucária	Mogno	Cajueiro	Ceibo	Flamboyant	Green Ethanol (i)	Cresca	Total
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>77.036</u>	<u>4.605</u>	<u>35.665</u>	<u>47.272</u>	<u>97.808</u>	<u>11.670</u>	<u>61.295</u>	<u>762</u>	<u>650</u>	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>336.833</u>
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.875	39.875
Aumento (redução) de capital	-	(4.384)	2.071	20.960	-	(4.060)	-	3.561	-	-	14.463	32.611
Dividendos	(27.549)	(596)	-	-	(10.700)	-	(1.877)	-	-	-	-	(40.722)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	139	(14.360)	-	-	-	-	-	-	-	(14.221)
Resultado de equivalência patrimonial	6.628	385	1.883	(9.159)	21.859	(739)	1.562	(1.604)	(38)	(17)	(687)	20.073
Efeito de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.335)	(3.335)
Composição do saldo em 30 de junho de 2014	<u>56.115</u>	<u>10</u>	<u>39.758</u>	<u>44.713</u>	<u>108.967</u>	<u>6.871</u>	<u>60.980</u>	<u>2.719</u>	<u>612</u>	<u>53</u>	<u>50.316</u>	<u>371.114</u>
Investimentos	56.115	10	39.619	44.713	108.967	6.871	60.980	2.719	612	53	50.316	370.975
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	139	-	-	-	-	-	-	-	-	139
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>56.115</u>	<u>10</u>	<u>39.758</u>	<u>44.713</u>	<u>108.967</u>	<u>6.871</u>	<u>60.980</u>	<u>2.719</u>	<u>612</u>	<u>53</u>	<u>50.316</u>	<u>371.114</u>
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento (redução) de capital	-	(8)	203	(20.000)	315	(760)	235	-	38	-	25.903	5.926
Dividendos (i)	(199.982)	-	(865)	-	(32.980)	-	(1.131)	-	-	-	-	(234.958)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8	(138)	-	-	-	-	1.282	-	-	-	1.152
Perdas com investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53)	-	(53)
Resultado de equivalência patrimonial	185.088	(2)	1.295	(5.963)	12.223	(1.742)	1.308	(4.318)	(4)	-	(4.355)	183.530
Efeito de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.865	27.865
Composição do saldo em 30 de junho de 2015	<u>41.221</u>	<u>8</u>	<u>40.253</u>	<u>18.750</u>	<u>88.525</u>	<u>4.369</u>	<u>61.392</u>	<u>(317)</u>	<u>646</u>	<u>-</u>	<u>99.729</u>	<u>354.576</u>
Investimentos	41.221	-	40.391	18.750	88.525	4.369	61.392	(1.599)	646	-	99.729	353.424
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8	(138)	-	-	-	-	1.282	-	-	-	1.152
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>41.221</u>	<u>8</u>	<u>40.253</u>	<u>18.750</u>	<u>88.525</u>	<u>4.369</u>	<u>61.392</u>	<u>(317)</u>	<u>646</u>	<u>-</u>	<u>99.729</u>	<u>354.576</u>

(i) Do montante total, R\$104.607 foi recebido durante o exercício, incluindo parcela oriunda do ano anterior.

b) Participação em Joint Venture

A Companhia detém participação de 50% na Cresca S.A. ("Cresca"), entidade controlada em conjunto com Carlos Casado S.A., envolvida na exploração da atividade agrícola, pecuária e investimento em terra agropecuária. Os resultados da *Joint Venture* Cresca são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2015, a Companhia realizou em sua *joint venture* Cresca, aportes de capital no total de R\$25.903 em virtude do exercício de opção de compra de 60.531 hectares de terra.

As informações financeiras resumidas da Cresca, com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, e a conciliação com o valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas abaixo ao valor justo da data da aquisição, movimentado até de 30 de junho de 2015:

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30 de junho de 2015
Ativos	287.857
Circulante	24.090
Caixa e equivalentes de caixa	471
Contas a receber, estoques e outros créditos	23.407
Contrato vantajoso de compra de terras	212
Não circulante	263.767
Contas a receber	14.008
Propriedades para investimento	248.523
Outros não circulantes	1.236
Passivos	88.399
Circulante	
Fornecedores, impostos e empréstimos	18.448
Não circulante	
Impostos e empréstimos	69.951
Total dos ativos líquidos	199.458
Participação da Companhia na Cresca	50%
Participação da Companhia nos ativos líquidos ao valor justo estimado	99.729

	1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015
Receita	47.725
Custo dos produtos vendidos	(36.081)
Despesas comerciais	(2.560)
Despesas administrativas	(3.102)
Outras receitas	(7)
Resultados financeiros	(7.384)
Prejuízo antes dos impostos sobre os lucros	(1.409)
Imposto de renda e contribuição social	(1.081)
Prejuízo do exercício	(2.490)
Participação da Companhia	(1.245)
Baixa mais valia sobre venda de fazenda	(3.426)
Amortização do ajuste a valor justo na data da compra (empréstimos de acionistas)	316
Resultado de equivalência patrimonial	(4.355)

14. Intangível

	Controladora e Consolidado			
	Softwares		Contratos	Total
	Em operação	Em Andamento		
Em 30 de junho de 2014				
Saldo inicial	2.521	49	-	2.570
Aquisições	44	578	2.916	3.538
Baixas	(10)	-	-	(10)
Transferências	627	(627)	-	-
Amortização do exercício	(969)	-	(163)	(1.132)
Em 30 de junho de 2014	2.213	-	2.753	4.966
Em 30 de junho de 2014				
Custo total	5.543	-	2.916	8.459
Depreciação acumulada	(3.330)	-	(163)	(3.493)
Saldo contábil, líquido	2.213	-	2.753	4.966
Em 30 de junho de 2015				
Saldo inicial	2.213	-	2.753	4.966
Aquisições	232	560	-	792
Baixas (a)	-	-	(612)	(612)
Transferências	169	(169)	-	-
Amortização do exercício	(1.043)	-	(311)	(1.354)
Em 30 de junho de 2015	1.571	391	1.830	3.792
Em 30 de junho de 2015				
Custo total	5.944	391	2.304	8.639
Depreciação acumulada	(4.373)	-	(474)	(4.847)
Saldo contábil, líquido	1.571	391	1.830	3.792

(a) Em 12 de dezembro de 2013, a Companhia adquiriu de seu acionista controlador, Cresud, um contrato que dá direito à Brasilagro de prestar serviços de assessoria na exploração agrícola-florestal na *Joint Venture* Cresca no valor de R\$2.916. O contrato prevê assessoria em exploração e desenvolvimento de 58.652 hectares. Em 30 de setembro de 2014 foi baixado o montante de R\$612 correspondentes a 12.312 hectares de terras que, são parte dos 24.624 hectares vendidos por sua *joint venture* Cresca (Nota 26).

Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

	Controladora						
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e Instalações	Veículos e Máquinas Agrícolas	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado Total
Em 30 de junho de 2014							
Saldo inicial	37	2.226	11.304	698	14.265	-	14.265
Aquisições	-	690	624	188	1.502	38	1.540
Baixas	-	(40)	(746)	(32)	(818)	-	(818)
Transferências	38	-	-	-	38	(38)	-
Depreciação	(39)	(438)	(1.648)	(108)	(2.233)	-	(2.233)
Saldo contábil, líquido	<u>36</u>	<u>2.438</u>	<u>9.534</u>	<u>746</u>	<u>12.754</u>	<u>-</u>	<u>12.754</u>
Em 30 de junho de 2014							
Custo total	752	4.289	17.632	1.135	23.808	-	23.808
Depreciação acumulada	(716)	(1.851)	(8.098)	(389)	(11.054)	-	(11.054)
Saldo contábil, líquido	<u>36</u>	<u>2.438</u>	<u>9.534</u>	<u>746</u>	<u>12.754</u>	<u>-</u>	<u>12.754</u>
Em 30 de junho de 2015							
Saldo inicial	36	2.438	9.534	746	12.754	-	12.754
Aquisições	-	433	218	75	726	154	880
Baixas	-	(712)	(760)	(241)	(1.713)	-	(1.713)
Transferências	-	154	-	-	154	(154)	-
Depreciação	(4)	(404)	(1.473)	(107)	(1.988)	-	(1.988)
Saldo contábil, líquido	<u>32</u>	<u>1.909</u>	<u>7.519</u>	<u>473</u>	<u>9.933</u>	<u>-</u>	<u>9.933</u>
Em 30 de junho de 2015							
Custo total	752	4.164	17.090	969	22.975	-	22.975
Depreciação acumulada	(720)	(2.255)	(9.571)	(496)	(13.042)	-	(13.042)
Saldo contábil, líquido	<u>32</u>	<u>1.909</u>	<u>7.519</u>	<u>473</u>	<u>9.933</u>	<u>-</u>	<u>9.933</u>
Taxas anuais de depreciação (média ponderada) - %	18	10	18	10			
	Consolidado						
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e Instalações	Veículos e Máquinas Agrícolas	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado Total
Em 30 de junho de 2014							
Saldo inicial	37	2.523	11.521	770	14.851	-	14.851
Aquisições	-	723	831	199	1.753	38	1.791
Baixas	-	(42)	(746)	(32)	(820)	-	(820)
Transferências	38	-	-	-	38	(38)	-
Depreciação	(39)	(487)	(1.636)	(118)	(2.280)	-	(2.280)
Saldo contábil, líquido	<u>36</u>	<u>2.717</u>	<u>9.970</u>	<u>819</u>	<u>13.542</u>	<u>-</u>	<u>13.542</u>
Em 30 de junho de 2014							
Custo total	752	4.792	18.775	1.249	25.568	-	25.568
Depreciação acumulada	(716)	(2.075)	(8.805)	(430)	(12.026)	-	(12.026)
Saldo contábil, líquido	<u>36</u>	<u>2.717</u>	<u>9.970</u>	<u>819</u>	<u>13.542</u>	<u>-</u>	<u>13.542</u>
Em 30 de junho de 2015							
Saldo inicial	36	2.717	9.970	819	13.542	-	13.542
Aquisições	-	508	222	122	852	156	1.008
Baixas (i)	-	(723)	(833)	(241)	(1.797)	-	(1.797)
Transferências	-	156	-	-	156	(156)	-
Depreciação	(4)	(456)	(1.569)	(122)	(2.151)	-	(2.151)
Saldo contábil, líquido	<u>32</u>	<u>2.202</u>	<u>7.790</u>	<u>578</u>	<u>10.602</u>	<u>-</u>	<u>10.602</u>
Em 30 de junho de 2015							
Custo total	752	4.733	18.164	1.130	24.779	-	24.779
Depreciação acumulada	(720)	(2.531)	(10.374)	(552)	(14.177)	-	(14.177)
Saldo contábil, líquido	<u>32</u>	<u>2.202</u>	<u>7.790</u>	<u>578</u>	<u>10.602</u>	<u>-</u>	<u>10.602</u>
Taxas anuais de depreciação (média ponderada) - %	18	10	18	10			

(i) As baixas ocorridas no exercício de 2015 deve-se substancialmente a venda da fazenda Cremaq no valor de R\$1.451

A administração da Companhia revisou os valores residuais e o tempo de vida útil estimada do grupo de veículos, máquinas agrícolas, edifícios e benfeitorias conforme avaliação do valor de mercado realizada por meio de pesquisas efetuadas pela Companhia, levando-se também em consideração, as condições de utilização deste equipamentos e concluiu não haver indicativos de perda por *impairment* no exercício findo em 30 de junho de 2015.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contas a pagar por aquisições

	Índice de Correção	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Fazenda Alto Taquari (Nota 4.3b)	*100% do CDI	-	-	29.023	26.060
Fazenda Nova Buriti (Nota 4.3b)	**IGP-M	19.817	18.760	19.817	18.760
		<u>19.817</u>	<u>18.760</u>	<u>48.840</u>	<u>44.820</u>

Referências:

* CDI – Certificado de Depósito Interbancário

** IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado

Os pagamentos relacionados à compra de fazendas estão atrelados ao cumprimento de determinadas condições precedentes por parte dos vendedores para a obtenção de licenças.

17. Fornecedores

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresenta o saldo de fornecedores da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Insumos e serviços	3.938	4.857	5.238	6.908
Arrendamentos de terceiros	307	1.250	307	1.250
	<u>4.245</u>	<u>6.107</u>	<u>5.545</u>	<u>8.158</u>

18. Empréstimos e financiamentos

	Instituição	Vencimento	Taxa anual de juros e encargos - %	Controladora		Consolidado	
				30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Circulante							
Financiamento de Custeio Agrícola	BNB (i)	nov/15	7,51 a 15,12	15.040	30.216	25.595	44.712
			TJLP + 3,45 e 4,45 SELIC + 3,45.				
Financiamento Projeto Bahia	BNB(ii) Itaú(iv) e HSBC(v)	dez/15	Pré 4,00 a 8,50	382	7.661	9.469	12.742
Financiamento Capital de Giro	Santander	set/15	83,48% CDI	5.066	-	5.066	-
Financiamento Capital de Giro (USD) (a)	Santander	set/15	1,6905	4.832	-	4.832	-
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	Itaú(iii)	dez/15	TJLP + 5,50 à 8,70	943	1.814	943	1.814
Financiamento de cana de açúcar	Itaú e Santander(vi)	jul/15	TJLP + 3,00 a 4,40	1.620	2.985	1.620	2.985
Arrendamento Financeiro Canavial - Parceria III	Brenco	nov/18	6,92%	3.375	-	3.375	-
				<u>31.258</u>	<u>42.676</u>	<u>50.900</u>	<u>62.253</u>
Não circulante							
Financiamento de cana de açúcar	Itaú e Santander(vi)	fev/20	TJLP + 3,00 a 4,40	1.716	1.610	1.716	1.610
Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME	Itaú(iii)	nov/16	TJLP + 5,50 à 8,70	113	1.056	113	1.056
			TJLP + 3,45 e 4,45 SELIC + 3,45.				
Financiamento Projeto Bahia	BNB(ii) Itaú(iv) e HSBC(v)	out/20	Pré 4,00 a 8,50	9.612	19.482	53.149	55.243
Arrendamento Financeiro Canavial - Parceria III	Brenco	nov/18	6,92%	4.201	-	4.201	-
				<u>15.642</u>	<u>22.148</u>	<u>59.179</u>	<u>57.909</u>
				<u>46.900</u>	<u>64.824</u>	<u>110.079</u>	<u>120.162</u>

Referências:

*TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

**FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos (BNDES)

***BNB - Banco do Nordeste

(a) Financiamento contratado em dólares americanos e demonstrado em reais.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias

- (i) Os financiamentos de custeio da safra atual têm como garantia a hipoteca de matrículas da fazenda Chaparral. Os financiamentos de abertura de área e da fazenda Jatobá junto ao BNB têm como garantia matrículas das respectivas fazendas.
- (ii) Os financiamentos do BNB requerem a manutenção de depósitos em fundo de liquidez em conta remuneradas pelo CDI. Os saldos em 30 de junho de 2015 e de 30 de junho de 2014 estão divulgados na Nota 11.
- (iii) Para os contratos FINAME as garantias são as máquinas e equipamentos objeto do financiamento. Todos estão sendo mantidos com alienação fiduciária até a liquidação final dos contratos.
- (iv) O financiamento FINEM-BNDES para abertura da fazenda Jatobá tem como garantia a hipoteca da Fazenda Preferência.
- (v) O financiamento HSBC-BNDES para o Silo da Fazenda Chaparral tem como garantia a hipoteca da Fazenda Chaparral.
- (vi) O financiamento Santander-Pró Renova para o custeio de cana de açúcar tem como garantia a hipoteca da Fazenda Araucária.

Os montantes a vencer por ano, em 30 de junho de 2015, são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
1 ano	31.258	50.900
2 anos	5.011	15.973
3 anos	3.974	14.659
4 anos	3.764	13.854
5 anos	2.893	12.690
Acima de 5 anos	-	2.003
	<u>46.900</u>	<u>110.079</u>

Cláusulas restritivas

Os financiamentos estão denominados em Reais e reúnem características próprias e condições definidas em contratos com bancos governamentais de desenvolvimento econômico social, que repassam direta ou indiretamente os mesmos. Há também, um financiamento em dólar americano que reúne condições definidas em contratos com bancos comerciais locais. Em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014 os financiamentos da Companhia não possuíam cláusulas restritivas financeiras, apenas operacionais, com as quais a Companhia encontra-se adimplente.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício findo em 30 de junho de 2015, encontra-se abaixo:

							Controladora
	Saldo Anterior	Contratação	Pagamento do principal	Pagamento Juros	Apropriação de Juros	Varição Cambial	Saldo Final
Em 30 de junho de 2014							
Financiamento de Custeio Agrícola	30.216	38.616	(53.209)	(3.204)	2.621	-	15.040
Financiamento Projeto Bahia (a)	27.143	9.528	(20.042)	(8.482)	1.847	-	9.994
Financiamento Capital de Giro	-	4.944	-	-	122	-	5.066
Financiamento Capital de Giro (USD)	-	5.004	-	-	53	(225)	4.832
Financiamento de Máquinas e Equipamentos – FINAME	2.870	-	(1.758)	(181)	125	-	1.056
Financiamento de cana de açúcar	4.595	1.697	(2.794)	(351)	189	-	3.336
Arrendamento Financeiro Canavial - Parceria III	-	7.576	-	-	-	-	7.576
Em 30 de junho de 2015	64.824	67.365	(77.803)	(12.218)	4.957	(225)	46.900
							Consolidado
Em 30 de junho de 2014							
Financiamento de Custeio Agrícola	44.712	54.257	(72.747)	(4.084)	3.457	-	25.595
Financiamento Projeto Bahia (a)	67.985	23.929	(24.104)	(11.066)	5.874	-	62.618
Financiamento Capital de Giro	-	4.944	-	-	122	-	5.066
Financiamento Capital de Giro (USD)	-	5.004	-	-	53	(225)	4.832
Financiamento de Máquinas e Equipamentos – FINAME	2.870	-	(1.759)	(181)	126	-	1.056
Financiamento de cana de açúcar	4.595	1.697	(2.793)	(351)	188	-	3.336
Arrendamento Financeiro Canavial - Parceria III	-	7.576	-	-	-	-	7.576
Em 30 de junho de 2015	120.162	97.407	(101.403)	(15.682)	9.820	(225)	110.079

(a) Financiamento para captação de recursos para abertura de áreas e melhorias nas fazendas Jatobá e Chaparral.

19. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
ISS a recolher	318	77	346	91
INSS/PIS/COFINS retidos	125	73	159	83
ICMS a recolher	24	-	308	-
Funrural a recolher	544	115	626	127
Pis e Cofins a recolher	-	-	10.780	664
IRPJ e CSLL a recolher	461	-	11.086	5.527
Demais impostos e contribuições	54	7	72	9
Total circulante	1.526	272	23.377	6.501
Tributos federais a recolher sobre o lucro presumido	-	-	1.508	2.482
Total não circulante	-	-	1.508	2.482

20. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal e a mesma entidade jurídica.

O exercício fiscal para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição difere do exercício social da Companhia que finaliza em 30 de junho de cada ano.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Ativo				
Não Corrente				
Prejuízos fiscais	29.061	39.745	46.950	54.445
Provisões de Contingência, bônus, PDD e valor justo	4.261	7.988	6.794	10.324
Hedge	1.234	-	1.234	-
Contratos onerosos, Perda na venda de Imobilizado	400	197	448	197
Diferença no valor de custo das fazendas	170	170	170	170
	<u>35.126</u>	<u>48.100</u>	<u>55.596</u>	<u>65.136</u>
Passivo				
Não Corrente				
Ativos biológicos	1.058	3.438	1.039	2.889
Hedge	-	580	-	580
Provisão do valor residual – vida útil do ativo imobilizado	1.478	1.675	1.607	1.782
Depreciação acelerada de bens destinados à atividade rural	8.582	14.916	9.813	16.331
	<u>11.118</u>	<u>20.609</u>	<u>12.459</u>	<u>21.582</u>
Saldo líquido	<u>24.008</u>	<u>27.491</u>	<u>43.137</u>	<u>43.554</u>

A movimentação líquida do imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>13.803</u>	<u>25.216</u>
Prejuízo fiscal	13.887	17.790
Ajustes ativos biológicos e produtos agrícolas	839	787
Hedge, contingência, PDD e valor justo	(2.226)	(1.272)
Contratos onerosos	197	197
Depreciação acelerada	991	836
Saldo em 30 de junho de 2014	<u>27.491</u>	<u>43.554</u>
Prejuízo fiscal	(10.684)	(7.495)
Ajustes ativos biológicos e produtos agrícolas	2.380	1.850
Provisões de Contingência, PDD e valor justo	(3.727)	(3.530)
Hedge	1.814	1.814
Contratos onerosos	203	251
Depreciação acelerada	6.531	6.693
Em 30 de junho de 2015	<u>24.008</u>	<u>43.137</u>

Período estimado de realização do ativo diferido:

	30 de junho de 2015	
	Controladora	Consolidado
2016	4.462	4.462
2017	1.840	1.840
2018	2.407	2.407
2019	3.120	3.120
2020	4.660	4.701
2021 a 2025	18.637	39.066
	<u>35.126</u>	<u>55.596</u>

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas optaram pelo (Regime Tributário de Transição) RTT no exercício fiscal de 2014 e 2013. O RTT permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09 (base para adoção do IFRS), por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) e de controles auxiliares.

A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (conversão da Medida Provisória nº 627), dentre outros assuntos, tratou da extinção do RTT mediante a introdução de um novo regime no qual a determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL passará a ser feita diretamente a partir do lucro societário (SPED Contábil - ECD), sendo a neutralização dos efeitos dos novos métodos e critérios contábeis, nos casos previstos na Lei, feita através de adições/exclusões na Escrituração Contábil Fiscal (SPED - ECF), juntamente com os demais ajustes anteriormente previstos na legislação do Imposto de Renda.

A lei teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, de forma que efetuamos nossa análises para o período de Junho de 2015 tendo como base as novas instruções trazidas pela Lei 12.973/2014.

A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício fiscal de 2014.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social (em quantidade de ações)

Acionista	Número de Ações	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Cresud S.A.C.I.F.Y.A.	23.150.050	23.150.050
	23.150.050	23.150.050
Conselho de Administração	6.562.500	6.840.300
Diretoria	4.100	500
Administradores	6.566.600	6.840.800
Tesouraria	20.000	195.800
Outros	28.489.950	28.235.750
Total ações do capital integralizado	58.226.600	58.422.400
Total de ações em circulação	28.489.950	28.235.750
Ações em circulação como percentual do total de ações(%)	49	48

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$584.224. A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social, independente da reforma estatutária, até o limite de R\$3.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Bônus de subscrição

Em 15 de março de 2006, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 512.000 bônus de subscrição de ações, sendo 256.000 para a primeira emissão, e 256.000 para a segunda emissão, os quais foram entregues aos acionistas fundadores, na proporção de suas participações no capital social da Companhia na data da emissão dos bônus de subscrição. Cada uma das emissões dos bônus de subscrição confere aos titulares dos mesmos o direito à subscrição de ações de emissão da Companhia, no montante equivalente a 20% de seu capital social após o aumento decorrente do exercício integral dos bônus de subscrição de cada emissão.

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os bônus de subscrição da primeira emissão conferem aos seus titulares, a partir das datas em que se tornarem passíveis de exercício, o direito à subscrição de ações de emissão da Companhia mediante o pagamento do preço por ação praticado na oferta pública inicial, sujeito a determinadas regras de atualização e ajuste. Os bônus de subscrição da primeira emissão foram emitidos em três séries, que se diferenciam exclusivamente quanto à data em que tem início o direito de subscrever as ações por eles conferido.

Os bônus de subscrição da primeira emissão/primeira série poderão ser exercidos a partir do encerramento do 12º mês contado da data de sua emissão e têm como objeto um total de 85.336 bônus de subscrição. Os bônus de subscrição da primeira emissão/segunda série poderão ser exercidos a partir do encerramento do 24º mês contado da data de sua emissão e têm como objeto um total de 85.332 bônus de subscrição. Os bônus de subscrição da primeira emissão/terceira série poderão ser exercidos a partir do encerramento do 36º mês contado da data de sua emissão e têm como objeto um total de 85.332 bônus de subscrição.

Excepcionalmente, os bônus de subscrição da primeira emissão poderão ser exercidos por seus titulares nas hipóteses de transferência do controle da Companhia ou aquisição de participação relevante, conforme definido nos termos do ato societário que deliberou a emissão dos bônus de subscrição. Cada conjunto de 1.000 bônus de subscrição da primeira emissão dá direito à subscrição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia quando de sua atribuição (100 ações após o desdobramento aprovado em outubro de 2007).

Os bônus de subscrição da segunda emissão conferem aos seus titulares o direito de subscrever ações de emissão da Companhia por até 15 anos, contados da data de publicação do anúncio de encerramento da oferta pública inicial de ações e exclusivamente nas hipóteses de transferência do controle ou aquisição de participação acionária relevante na Companhia, conforme definido nos termos dos bônus de subscrição. Em tais hipóteses deverão ser apresentadas ofertas públicas de aquisição de todas as ações em circulação da Companhia. Para a subscrição de ações objeto dos bônus de subscrição da segunda emissão, os seus titulares estarão obrigados a pagar o mesmo preço por ação praticado nas referidas ofertas públicas de aquisição de ações da Companhia. Cada conjunto de 1.000 bônus de subscrição da segunda emissão dá direito à subscrição de 1 (uma) ação de emissão da Companhia quando de sua atribuição (100 ações após o desdobramento aprovado em outubro de 2007).

As quantidades de ações a serem subscritas conforme os bônus de subscrição serão ajustadas em caso de grupamento ou desdobramento de ações. As informações relacionadas aos bônus de subscrição de segunda emissão estão demonstradas no quadro abaixo:

Brasílagro	Segunda emissão	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Preço de mercado da ação - R\$	11,15	9,60
Vencimento (anos)	28/04/2006	28/04/2006
Vencimento (dia/mês/ano)	27/04/2021	27/04/2021
Preço de exercício no encerramento do exercício - R\$/ação	16,72	15,36
Número de ações em circulação	58.227	58.422
Percentual de ações do capital passíveis de conversão (percentagem de capital novo) - %	20	20
Passíveis de conversão no exercício (ações)	26.366	14.606
Quantidade de ações e dos bônus de subscrição em aberto	256.000	256.000

Os bônus de subscrição da segunda emissão somam 256.000 e não houve mudanças na quantidade de bônus em aberto nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014. Os bônus de subscrição da segunda emissão outorgam aos seus detentores o direito de integralizar ações da Companhia numa quantidade equivalente a 20% do capital social após o aumento no capital resultante do exercício completo dos bônus de subscrição da segunda emissão.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.1) Bônus de subscrição da primeira emissão

Uma vez que os bônus de subscrição da primeira emissão são contabilizados pelo IFRS 2 e podem ser exercidos em sua totalidade desde 15 de março de 2009, o que precede a data de transição para o IFRS que é 1º de julho de 2009 e a Companhia não divulgou o valor justo dos bônus de subscrição na data de sua avaliação, os bônus de subscrição não são contabilizados nas demonstrações financeiras.

b.2) Bônus de subscrição da segunda emissão

A Administração acredita que os bônus de subscrição da segunda emissão (que só podem ser exercidos se houver transferência do controle ou aquisição de participação relevante) não possuem valor justo significativo em nenhum dos períodos apresentados, porque o preço de exercício será igual ao preço por ação praticado nas ofertas públicas de aquisição de ações formuladas por conta da obtenção do controle ou aquisição de participação relevante da Companhia.

c) Plano de opção de compra de ações - stock option

As informações sobre o programa de opção de compra de ações e emissão de novas outorgas estão descritos na Nota 25.

d) Reserva legal e de retenção para investimento e expansão

Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 e artigo 36, alínea (a) do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia apurado ao final de cada exercício social, será, obrigatoriamente e antes de qualquer outra destinação, aplicado para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo da reserva, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o inciso 1º, do artigo 182, da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Conforme artigo 36, alínea (c), do Estatuto Social e artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá destinar a parcela remanescente do lucro líquido ajustado do exercício social findo, à reserva para investimento e expansão.

O saldo das reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar o valor do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

e) Dividendos

Nos termos do artigo 36, do Estatuto Social da Companhia, o lucro apurado no exercício social, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados à constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, após a dedução objeto da letra (a) retro, serão destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios e (iii) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado, após a dedução objeto da letra (b) retro, poderá ser destinado à reserva de para investimento e expansão.

Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30 de junho de</u> <u>2015</u>	<u>30 de junho de</u> <u>2014</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	180.810	(13.362)
(-) Absorção de prejuízos acumulados	(10.988)	2.374
Lucro (prejuízo) ajustado ao final do exercício	169.822	(10.988)
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido)	(8.491)	
Lucro líquido ajustado	161.331	
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	(40.333)	
(-) Dividendos adicionais propostos - 25% do lucro líquido ajustado	(40.333)	
Dividendos propostos – 50% do lucro líquido ajustado	(80.666)	
Constituição de reserva para investimentos e expansão	80.665	
Dividendo por ação (R\$)	1,39	

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2015, os efeitos da variação da taxa de câmbio resultante da conversão das demonstrações financeiras da Cresca no exercício totalizou R\$27.865, sendo o efeito acumulado de R\$36.268.

g) Ações em tesouraria

Em 27 de janeiro de 2015, a Companhia divulgou ao mercado por meio de “Fato Relevante”, o cancelamento de 195.800 (cento e noventa e cinco mil de oitocentas) ações ordinárias que se encontravam em tesouraria (“Ações”) no valor de R\$1.934. As ações foram adquiridas por meio do plano de recompra de ações ordinárias de sua emissão, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 02 de setembro de 2013.

Em 25 de junho de 2015, o Conselho de Administração aprovou o plano de recompra de ações ordinárias de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social. Em 30 de junho de 2015, houveram duas operações de recompra em um total de 20.000 (vinte mil ações) e valor de mercado em R\$224.

O capital social da Companhia de R\$584.224 não sofreu nenhuma alteração em virtude do cancelamento das Ações, passando a ser dividido pelas 58.226.600 (cinquenta e oito milhões duzentas e vinte e seis mil e seiscentas) ações ordinárias remanescentes.

22. Informações por segmento de negócios

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela Companhia para avaliar a performance dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Companhia apresenta três segmentos: (i) grãos, (ii) cana-de-açúcar, (iii) imobiliário e (iv) outros. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados somente no Brasil.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas por natureza

	Controladora				Consolidado			
	Custo dos produtos Vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos produtos Vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Depreciação e amortização	16.501	-	1.249	17.750	20.973	-	1.249	22.222
Despesa com pessoal	7.111	-	19.627	26.738	8.313	-	19.543	27.856
Despesa com prestação de serviços	41.452	-	3.998	45.450	46.829	-	4.077	50.906
Arrendamento e alugueis em geral	13.244	-	713	13.957	3.931	-	713	4.644
Custo dos produtos agrícolas	70.918	-	-	70.918	86.258	-	-	86.258
Frete e armazenagem	-	5.644	-	5.644	-	6.686	-	6.686
Provisão para crédito de recebíveis	-	(54)	-	(54)	-	2.731	-	2.731
Contratos onerosos	-	(579)	-	(579)	-	(579)	-	(579)
Venda de fazenda	-	-	-	-	-	168	-	168
Manutenção, despesas com viagem e outras	3.598	-	2.730	6.328	4.185	-	3.778	7.963
Em 30 de junho de 2015	152.824	5.011	28.317	186.152	170.489	9.006	29.360	208.855
Depreciação e amortização	15.586	-	1.118	16.704	20.313	-	1.118	21.431
Despesa com pessoal	5.270	-	19.512	24.782	6.377	-	19.589	25.966
Despesa com prestação de serviços	30.731	-	4.589	35.320	37.150	-	4.841	41.991
Arrendamento e alugueis em geral (i)	10.918	-	698	11.616	4.363	982	698	6.043
Custo dos produtos agrícolas	49.772	-	-	49.772	66.721	-	-	66.721
Frete e armazenagem	-	5.477	-	5.477	-	7.793	-	7.793
Provisão para crédito de recebíveis	-	(527)	-	(527)	-	(525)	-	(525)
Contratos onerosos	-	579	-	579	-	579	-	579
Venda de fazenda	-	-	-	-	-	1.410	-	1.410
Manutenção, despesas com viagem e outras	3.117	-	3.369	6.486	3.611	-	4.132	7.743
Em 30 de junho de 2014	115.394	5.529	29.286	150.209	138.535	10.239	30.378	179.152

25. Remuneração da Administração

As despesas com remuneração com Administração foram registradas na rubrica de “despesas gerais e administrativas” e são compostas como segue:

	Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Remuneração do conselho e diretoria executiva	3.107	3.622
Gratificações	5.261	4.924
Remuneração global	8.368	8.546
Outorga de ações	82	816
	8.450	9.362

A remuneração global dos Administradores e Conselho da Administração da Companhia, para o exercício a findo em 30 de junho de 2015 no valor de R\$9.500, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de outubro de 2014.

Plano de opção de compra de ações - stock options

Em 11 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a criação do Programa de Outorga de Opções autorizando a diretoria da Companhia a outorgar opções de compra de ações aos beneficiários eleitos nessa ocasião. No Programa foram estabelecidos os beneficiários, o número de ações que cada um deles poderá adquirir no exercício das opções, o preço de exercício por ação a ser pago em dinheiro pelos beneficiários, e as condições das opções. Cada opção dá o direito ao beneficiário, quando exercida, a comprar uma ação de emissão da Companhia pelo preço de exercício estabelecido no Programa. Os Programas compreendem cinco beneficiários e outorga 370.007 opções a um preço de exercício de R\$8,97 por ação e podem ser exercidas na sua totalidade a partir de 12 de agosto de 2012 (data de vesting), respectivamente; tendo validade por 5 anos a partir da data de outorga.

Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 03 de julho de 2012 o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções de compra de ações aos beneficiários eleitos no referido programa. O Programa compreendeu cinco beneficiários e outorga de 315.479 opções a um preço de exercício de R\$8,25 por ação e podem ser exercidas na sua totalidade a partir de 03 de julho de 2014 (data de vesting), respectivamente, tendo validade por 5 anos a partir da data de outorga.

Em 04 de setembro de 2012 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de compra de ações aos beneficiários eleitos no referido programa. Os Programas compreendem cinco beneficiários e outorga 315.479 opções a um preço de exercício de R\$8,52 por ação e podem ser exercidas na sua totalidade a partir de 04 de setembro de 2014 (data de vesting), tendo validade por 5 anos a partir da data de outorga.

As opções de ações a serem outorgadas segundo o Plano poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 2% das ações de emissão da Companhia, respeitando o preço mínimo da média da cotação das ações da Companhia nos pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), ponderada pelo volume de negociação durante os 30 últimos pregões anteriores ao da outorga da opção.

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	<u>primeira outorga</u>	<u>segunda outorga</u>	<u>terceira outorga</u>
<u>Data de emissão</u>	<u>11/08/2010</u>	<u>03/07/2012</u>	<u>04/09/2012</u>
Preço de exercício (R\$/ação)	8,97	8,25	8,52
Preço no Mercado acionário na data da outorga (R\$/ação)	9,60	7,69	8,50
Preço de mercado da ação no final do exercício	8,95	8,95	8,95
Taxa de juros, isenta de riscos %	11,36	9,37	9,12
Tempo contratual de exercício	5 Anos	5 Anos	5 Anos
Rendimento esperado do dividendo %	1,00	0,50	0,50
Volatilidade das ações no Mercado %	67,48	41,62	40,50
Quantidade de opções em aberto	233.689	206.425	206.425
Quantidade de opções a exercer	233.689	206.425	206.425
Valor justo estimado na data da outorga (R\$/ação)	6,16	3,60	4,08

A tabela abaixo apresenta a movimentação do plano de opção de compra de ações por outorga:

	<u>primeira outorga</u>	<u>segunda outorga</u>	<u>terceira outorga</u>	<u>Total</u>
Em aberto em 1º de julho de 2013	370.007	315.479	315.479	1.000.965
Cancelados	-	(54.527)	(54.527)	(109.054)
Expirados	(68.159)	-	-	(68.159)
Em aberto em 30 de junho de 2014	301.848	260.952	260.952	823.752
Exercíveis em 30 de junho de 2014 (vested)	301.848	-	-	301.848
Em aberto em 1 de julho de 2014	301.848	260.952	260.952	823.752
Cancelados	-	-	-	-
Expirados	(68.159)	(54.527)	(54.527)	(177.213)
Em aberto em 30 de junho de 2015	233.689	206.425	206.425	646.539
Exercíveis em 30 de junho de 2015 (vested)	233.689	206.425	206.425	646.539

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2015</u>	<u>30 de junho de 2014</u>	<u>30 de junho de 2015</u>	<u>30 de junho de 2014</u>
Ganho/perda na venda de imobilizado	(365)	(1.519)	(361)	(1.522)
Baixa intangível – Contrato Cresca (Nota 14)	(612)	-	(612)	-
Provisões para demandas judiciais (Nota 30)	(70)	1.235	(111)	1.229
Fazenda Horizontina (a) (Nota 30 c)	-	-	(1.240)	-
Reversão de arrendamento – Cremaq (b)	8.795	-	-	-
Indenização arrendamento - venda Cremaq (c)	2.299	-	-	-
Outros	(221)	1.486	(1.098)	578
	9.826	1.202	(3.422)	285

- (a) – Pagamento referente processo judicial de direitos hereditários sobre parte da Fazenda Horizontina;
 (b) – Reversão de ajuste de arrendamento pela venda da fazenda Cremaq, referente a linearização do contrato;
 (c) – Indenização sobre quebra de contrato de arrendamento pela venda da fazenda Cremaq.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receitas e despesas financeiras

Notas	Controladora			Consolidado
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	15.104	12.712	9.325	9.484
Juros ativos	4.277	2.594	4.637	2.635
Variações cambiais	14.461	5.689	14.720	6.011
Realização do valor presente sobre o saldo de contas a receber (i)	1.228	1.025	41.530	19.086
Resultado realizado de operações com derivativos	6	-	24.204	-
Resultado não realizado de operações com derivativos	6	2.835	28.136	2.835
	<u>74.984</u>	<u>24.855</u>	<u>122.552</u>	<u>40.051</u>
Despesas Financeiras				
Despesas de aplicações financeiras	(5.004)	(12.254)	(66)	(180)
Despesas bancárias	(1.295)	(282)	(1.674)	(762)
Juros passivos	(8.893)	(7.676)	(13.895)	(10.674)
Variações monetárias	-	-	(2.967)	(2.328)
Variações cambiais	(7.944)	(5.212)	(8.139)	(5.688)
Realização do valor presente sobre o saldo de contas a receber (i)	(160)	(497)	(23.234)	(13.561)
Resultado realizado de operações com derivativos	6	(1.993)	(6.468)	(6.699)
Resultado não realizado de operações com derivativos	6	(1.719)	(33.471)	(1.719)
	<u>(58.312)</u>	<u>(29.633)</u>	<u>(89.914)</u>	<u>(41.611)</u>
Resultado Financeiro	<u>16.672</u>	<u>(4.778)</u>	<u>32.638</u>	<u>(1.560)</u>

(i) O valor está demonstrado pelo efeito líquido na demonstração do fluxo de caixa.

28. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	184.869	(27.051)	190.571	(28.923)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>(62.855)</u>	<u>9.197</u>	<u>(64.794)</u>	<u>9.834</u>
Equivalência patrimonial/perda com investimentos	62.400	6.825	(1.481)	(240)
Bônus da administração	(1.789)	(1.674)	(1.789)	(1.674)
Efeito líquido de controladas tributadas com base no lucro presumido (*)	-	-	60.123	8.345
Outras adições permanentes	<u>(1.815)</u>	<u>(659)</u>	<u>(1.820)</u>	<u>(704)</u>
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>(4.059)</u>	<u>13.689</u>	<u>(9.761)</u>	<u>15.561</u>
Corrente	(576)	-	(9.344)	(2.777)
Diferido	<u>(3.483)</u>	<u>13.689</u>	<u>(417)</u>	<u>18.338</u>
	<u>(4.059)</u>	<u>13.689</u>	<u>(9.761)</u>	<u>15.561</u>
Alíquota efetiva	-2%	-51%	-5%	-54%

(*) Algumas das imobiliárias têm seu imposto de renda apurado no "regime fiscal presumido", pelo qual o imposto de renda é determinado em uma base simplificada para calcular a renda tributável (32% para receitas de arrendamento, 8% para venda de fazenda e 100% para outros rendimentos). Portanto, o resultado tributável de tais subsidiárias é tributado a uma taxa menor que a taxa aplicável ao lucro real.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro (prejuízo) por ação

	Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores	180.810	(13.362)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	58.233	58.292
Efeito da diluição - ações	26	70
Efeito da diluição antidilutivo	-	(70)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas ajustado pelo efeito da diluição	58.259	58.292
Lucro (prejuízo) básico por ação	<u>3,10</u>	<u>(0,23)</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação	<u>3,10</u>	<u>(0,23)</u>

a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o ano mais a média ponderada do número de ações que seriam emitidas quando convertidas todas as potenciais ações diluíveis em ações.

30. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza cível, ambiental, trabalhista e fiscal e em processos administrativos de natureza trabalhista, fiscal e ambiental. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes destas ações e procedimentos são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião dos assessores legais externos.

Riscos prováveis

Em 30 de junho de 2015, a Companhia mantinha uma provisão de R\$3.684 (R\$3.573 em 30 de junho de 2014) no Consolidado, correspondente a ações judiciais e procedimentos administrativos cujo risco de perda foi considerado provável, como abaixo resumido:

	Controladora					Consolidado				
	Trabalhista	Ambiental	Fiscal	Cível	Total	Trabalhista	Ambiental	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 30 de junho de 2013	506	2.396	1.813	-	4.715	593	2.396	1.813	-	4.802
Adições	311	-	1.450	603	2.364	311	-	1.450	603	2.364
Atualizações Monetárias	226	-	65	-	291	234	-	65	-	299
Reversão/Pagamentos	(554)	(2.396)	(940)	-	(3.890)	(556)	(2.396)	(940)	-	(3.892)
Saldos em 30 de junho de 2014	489	-	2.388	603	3.480	582	-	2.388	603	3.573
Adições	185	-	2.093	-	2.278	203	-	2.093	1.240	3.536
Atualizações Monetárias	44	-	877	-	921	67	-	877	-	944
Reversão/Pagamentos	(341)	-	(2.185)	(603)	(3.129)	(341)	-	(2.185)	(1.843)	(4.369)
Saldos em 30 de junho de 2015	377	-	3.173	-	3.550	511	-	3.173	-	3.684

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) *Riscos trabalhistas*

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas Controladas, amparada na opinião dos assessores legais externos, apresenta saldo de provisão para as demandas trabalhistas no valor de R\$511, referente às reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados e terceiros. Na maioria dos casos, a responsabilidade da Companhia e suas controladas é subsidiária, uma vez que se discute eventuais direitos entre empresas terceirizadas e seus ex-empregados.

(b) *Riscos fiscais*

Em 30 de junho de 2015, a Companhia apresenta saldo de provisão para as demandas fiscais no valor de R\$3.173. O valor de R\$2.979 se refere à suposta incidência de contribuições previdenciárias sobre os pagamentos realizados aos Conselheiros de Companhia estrangeiros e o saldo de R\$194 refere-se à procedimentos administrativos fiscais que discutem, especialmente, questões relativas à incidência de ICMS em operações na Fazenda Araucária, Estado de Goiás. Em março de 2015 a Companhia julgou procedente três dos cinco processos questionados pela Secretaria da Fazenda Goiás, optando pelo recolhimento. A demanda constituída para esses casos foi revertida nessa data.

(c) *Riscos cíveis*

Em 30 de junho de 2015, a Companhia estornou saldo de provisão para demanda cível no valor de R\$603 referente à multa devida por suposto descumprimento de obrigação contratual assumida pela Companhia no contrato de arrendamento rural firmado em 2012 e que envolve a Fazenda Horizontina. Em contrapartida, estimou uma perda para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$3.000 conforme Nota 7.

Em novembro de 2013, a Compradora ajuizou medida cautelar de produção antecipada de provas, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Tasso Fragoso/MA, objetivando declaração judicial homologatória de prova pericial que caracterize o descumprimento da obrigação assumida de abertura, limpeza e preparo da área.

A Companhia julgou adequado contingenciar referido valor face à possibilidade de discussão judicial, uma vez que a obrigação da abertura de área, assumida pela Companhia por força do Contrato, possivelmente será questionada em juízo pela Compradora.

Em março de 2013, a Companhia passou a ser ré em processo judicial movido por supostos detentores de direitos hereditários sobre parte da Fazenda Horizontina, alegando direitos hereditários em relação a 900 hectares da propriedade, pleiteando o bloqueio das matrículas 1.744 e 1.745. Com base nos fatos apresentados pelo antigo proprietário bem como na análise do processo feita pelos advogados externos, especialistas em legislação fundiária, a Companhia classificou o passivo contingente como de perda remota, desde o início do processo, até 30 de setembro de 2014. Considerando a análise custo versus benefício de manter o processo em trânsito, a Companhia optou por pagar R\$1.240 aos autores do processo, sendo que desse valor foi direcionado ao autor R\$1.000 e R\$240 aos seus advogados (Nota 26). Com o pagamento, o autor desistiu da ação, o passivo foi baixado e a Companhia registrou o pagamento na rubrica outras despesas operacionais.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza cível, trabalhista, ambiental e fiscal e procedimentos administrativos de natureza fiscal que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado pela Companhia e por seus assessores legais externos como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Processos cíveis (a)	8.606	12.080	13.129	12.080
Processos fiscais (b)	9.275	8.517	9.275	8.517
Processos trabalhistas (c)	808	673	808	1.125
Processos ambientais (d)	279	3.468	279	3.468
	<u>18.968</u>	<u>24.738</u>	<u>23.491</u>	<u>25.190</u>

(a) Processos cíveis

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas Controladas possuem demandas judiciais cíveis no valor de R\$13.129 (R\$12.080 em 30 de junho de 2014) que se refere, principalmente, a processos cujo mérito relaciona-se à: (i) declaração de nulidade de confissão de dívida em razão da compra e venda de arroz; (ii) sustação de protesto de nota promissória dada em garantia por ocasião da confissão de dívida advinda de contrato de compra e venda de arroz; (iii) medida cautelar de produção antecipada de provas, objetivando declaração judicial homologatória de prova pericial que caracterize o descumprimento da obrigação assumida de abertura, limpeza e preparo de área na Fazenda Nova Horizontina e (iv) indenização por danos morais e materiais supostamente sofridos em razão de acidente rodoviário ocorrido com funcionário de um prestador de serviço da Companhia, na Fazenda Araucária, em 29 de outubro de 2011; (v) anulação do negócio jurídico de compra e venda de um dos imóveis que compõe a Fazenda Chaparral, com fundamento em suposto vício de consentimento do vendedor quanto à sua representação na ocasião da lavratura da escritura pública de compra e venda; (vi) Ação indenizatória visando a reparação de supostos danos materiais, lucros cessantes, pensão mensal vitalícia, danos morais e danos estéticos decorrentes de acidente de trabalho ocorrido na Fazenda Cremaq.

(b) Processos fiscais

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas Controladas possuem demandas judiciais e administrativas fiscais no valor de R\$9.275 (R\$8.517 em 30 de junho de 2014) que se refere, principalmente, a processos cujo mérito relaciona-se à: (i) manifestação de inconformidade que objetiva a reforma do despacho decisório que homologou parcialmente o crédito de saldo negativo de imposto de renda relativo ao 4º Trimestre de 2007 e, em consequência, não homologou compensações realizadas pela Companhia referentes aos créditos em questão; (ii) Ação Anulatória ajuizada objetivando a anulação do crédito tributário referente às estimativas mensais de IRPJ e CSLL atinentes ao período de janeiro de 2012; (iii) Auto de Infração lavrado objetivando a cobrança de crédito tributário referente ao ICMS incidente sobre os produtos exportados pela empresa; (iv) Auto de Infração lavrado objetivando a cobrança de crédito tributário; (v) Auto de Infração lavrado objetivando a cobrança de créditos tributários referentes ao ICMS, no valor total de R\$209, ao entendimento de que a empresa teria deixado de estornar crédito de ICMS, decorrente da escrituração supostamente indevida de créditos referentes à aquisição de bens para integrar o ativo imobilizado da empresa, uma vez que esta não teria providenciado a confecção do livro CIAP modelo "C", referente ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012;

(vi) Auto de Infração lavrado objetivando a cobrança de créditos tributários de ICMS, ao entendimento de que a empresa teria remetido produtos primários a empresas comerciais exportadoras com o fim específico de exportação, alegando que esses produtos supostamente não teriam sido remetidos ao exterior no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da saída das mercadorias.

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Processos trabalhistas

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas Controladas possuem demandas judiciais trabalhistas no valor de R\$808 (R\$1.125 em 30 de junho de 2014), que se refere às reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros, reclamando, principalmente, verbas indenizatórias e o reconhecimento de vínculos empregatícios.

(c) Processos ambientais

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas Controladas possuem demandas judiciais ambientais no valor de R\$279 (R\$3.468 em 30 de junho de 2014), que referem-se a auto de infração por suposto descumprimento de embargo na Fazenda São Pedro e suposta infração a condicionante da licença ambiental da Fazenda Preferência.

A Companhia apresentou ação anulatória proposta perante a Justiça Federal de Goiânia, Estado de Goiás, que objetiva anular auto de infração por suposta degradação de área de preservação permanente na Fazenda São Pedro. Em 15 de outubro de 2013, a Companhia efetuou o depósito judicial no valor de R\$3.056 correspondente ao valor da multa aplicada, em 04 de novembro de 2014, a Companhia efetuou um depósito judicial no valor de R\$1.030, correspondente a valor complementar à multa aplicada.

A contingência referente a esse processo foi convertida para remota em 2015, tendo em vista a prolação de sentença judicial declarou a nulidade do Auto de Infração que originou a aplicação da multa, incluindo sua inexigibilidade.

Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía depósitos judiciais totalizando R\$5.811 (R\$4.644 em 30 de junho de 2014), sendo R\$864 relativos a processos tributários, R\$328 relativos a processos trabalhistas, R\$112 relativos a processos cíveis e R\$4.507 relativos a processos ambientais.

31. Compromissos

a) Contrato de fornecimento de Grãos

O preço de venda da soja pode ser fixado pela Companhia para o volume total ou parcial até a entrega. O preço, quando fixado, é determinado seguindo uma fórmula contratual baseada na cotação da soja na Chicago Board of Trade (CBOT). O preço fixado em dólares estadunidenses é liquidado no final do período do compromisso em reais considerando taxas de câmbio definidas contratualmente alguns dias antes da data de liquidação financeira.

Os termos dos contratos sujeitam a Companhia a pagamento de multa em caso de não entrega dos volumes comprometidos. Atualmente não possuímos valor contabilizado referente à multa, pois todos os contratos firmados foram entregues dentro do estabelecido.

Em 30 de junho de 2015 existem compromissos firmados por 17.940 toneladas de soja.

O milho é vendido em forma pulverizada e o preço é determinado em reais no momento da venda. Em 30 de junho de 2015 existem compromissos firmados por 14.203 toneladas de milho.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar entre Brasilagro e Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável

Em março de 2008, a Companhia firmou dois contratos para o fornecimento exclusivo à Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável da totalidade da nossa produção de cana ao longo de dois ciclos de cultivo completos (para a cana, um ciclo de cultivo completo consiste em seis anos e cinco safras agrícolas, renováveis mediante à acordo entre as partes). Um dos contratos se refere à uma área de aproximadamente 5.718 hectares em nossa fazenda Araucária e segundo à cerca de 3.669 hectares na nossa fazenda Alto Taquari. O preço por tonelada, para o objeto destes acordos, é determinado com base no preço do açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana efetivamente entregue. O ATR correspondente à quantidade de açúcar disponível na matéria-prima, menos teor de açúcar perdido durante o processo de produção, multiplicado pelos preços do açúcar e do etanol vendido pelas usinas regionais de mercado no mercado interno e externo, em cada caso.

Conforme determinado pelo Conselho São Paulo de Cana, Açúcar e Álcool Produtores (Conselho de Produtores de cana, açúcar e álcool de São Paulo) ou Consecana. Para o exercício findo em 30 de junho de 2015, as vendas de nossa produção de cana para a foram de R\$52,9 milhões, representando 30% da nossa receita total. A finalidade dos contratos não é o de garantir um preço mais favorável do que o preço de mercado, uma vez que se espera que o preço do ATR, conforme determinado pelo CONSECANA será equivalente ao preço de mercado, mas sim para garantir a venda da nossa produção de cana no longo prazo.

Consolidado	
30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
54.396	39.406

Faturamento bruto exclusivo de cana de açúcar à empresa Brenco
Companhia Brasileira de Energia Renovável

O quadro acima demonstra os valores correspondentes a 830.204 toneladas de cana entregues no exercício atual até 30 de junho de 2015 e 570.820 toneladas de cana entregues até 30 de junho de 2014. O preço da tonelada da cana de açúcar entregue foi calculado com base no Açúcar Total Recuperável (ATR) apurados nas datas de venda. Há um saldo futuro a entregar de cana, cujas estimativas de quantidade e valores são de difícil determinação considerando os cenários de oscilação de valores de mercado e produtividade da colheita.

c) Contrato de arrendamento Parceria (II)

Consolidado	
30 de junho 2015	30 de junho 2014
Contrato de arrendamento	307
	294

Em 11 de outubro de 2013 a Companhia celebrou um acordo de parceria rural para operar uma fazenda (Parceria II) localizada no município de Ribeiro Gonçalves, no estado do Piauí. A parceria vigorará pelo prazo de 11 (onze) anos-safra, com início na data de sua assinatura e término previsto para 01 de junho de 2024. As áreas serão utilizadas para plantação de soja, milho e culturas similares, bem como para plantar outros cultivos, não podendo exceder a duração do contrato.

Este contrato de parceria atende à definição de leasing operacional. O pagamento será realizado sempre em espécie (grãos de soja), a ser depositado até o dia 30 de junho de cada ano-safra, em armazém localizado a uma distância não superior a 100 km de asfalto (cem quilômetros) da área de parceria ou a uma distância em estrada de terra com custo de frete equivalente a 100 km de asfalto.

Brasílagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A quantidade de sacas a serem pagas durante a vigência do contrato pode variar em função de duas variáveis: a produtividade e a área efetivamente plantada. De acordo com esse contrato a quantidade mínima a ser paga no longo prazo corresponderia a 539.078 sacas, sendo 59.898 sacas de soja em até um ano, 299.488 sacas de soja entre um e cinco anos e 179.693 sacas de soja com mais de cinco anos até a conclusão do contrato.

d) Contrato de arrendamento Fazenda Jatobá

	Consolidado	
	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Receita de arrendamento	2.304	-

Em 07 de novembro de 2014, a Companhia celebrou um contrato de sub-arrendamento para terceiros referente à uma área de 6.746,55 hectares pertencentes à fazenda Jatobá, localizada no município de Jaborandi, estado da Bahia. Esse acordo vigorará a partir da data de assinatura e seu término está previsto para 30 de setembro de 2015, quando a referida área pode ser devolvida à Brasílagro ou adquirida pelo sub-arrendatário, por conta da opção de compra da terra incluída no contrato. Houve o recebimento antecipado no valor de R\$3.200, referente ao sub-arrendamento. Este contrato de atende à definição de leasing operacional.

O acordo também contempla opção de compra de outras 2 (duas) áreas pertencentes à fazenda Jatobá, uma totalizando 6.984 hectares e outra 17.876 hectares.

Celebrou-se o distrato do referido acordo em 01 de julho de 2015.

e) Contrato de parceria agrícola de cana-de-açúcar

Em 08 de maio de 2015, a Companhia celebrou três acordos com a Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável.

Um acordo de subparceria rural para operar nove fazendas localizadas nos municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari, no estado do Mato Grosso. A subparceria tem início na data de sua assinatura e seu término está previsto para 31 de março de 2026. As áreas serão utilizadas para plantação e cultivo de cana-de-açúcar, não podendo exceder a duração do contrato. Este contrato de parceria atende à definição de leasing operacional. O pagamento será realizado sempre em espécie (toneladas de cana-de-açúcar), a serem entregues na usina pertencente à Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável, localizada nas proximidades das fazendas, durante o período de colheita do produto. A quantidade a ser paga durante a vigência do contrato está fixada em toneladas por hectare e varia pela área que estiver sendo explorada. De acordo com esse contrato a quantidade a ser paga no longo prazo corresponde a 529.975 toneladas de cana-de-açúcar, sendo 174.929 toneladas entre um e cinco anos e 355.046 toneladas com mais de cinco anos até a conclusão do contrato.

O segundo acordo trata da regulação de direitos e obrigações entre parceiros agricultores, onde a Brasílagro adquiriu as lavouras de cana-de-açúcar plantadas pela Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável nas propriedades objeto do contrato de subparceria descrito acima. Este contrato atende à definição de leasing financeiro. O pagamento será realizado sempre em espécie (toneladas de cana-de-açúcar), a serem entregues na usina pertencente à Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável durante o período de colheita do produto. De acordo com esse contrato a quantidade a ser paga no longo prazo corresponde a 127.699 toneladas de cana-de-açúcar, sendo 41.470 toneladas em até um ano, 86.229 toneladas entre um e cinco anos.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	30 de junho 2015	30 de junho 2014
Arrendamento Financeiro (canavial)	7.576	0

O terceiro contrato regula o fornecimento exclusivo à Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável da totalidade da produção de cana-de-açúcar das propriedades constantes no contrato de subparceria, por dois ciclos de cultivo, um ciclo vigorará até a exaustão dos canaviais já existentes nas fazendas e outro ciclo para a cana que será plantada pela Brasilagro.

32. Transações com partes relacionadas

a) Composição dos saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como os que influenciaram o resultado do exercício, decorreram de transações entre a Companhia e suas controladas, considerando os respectivos tipos de operações, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Ativo Circulante				
Contas a receber - aluguéis e compartilhamento a receber (i)	518	345	-	-
Dividendos a receber (ii)	166.191	18.101	-	-
Cresud (iii)	898	723	856	723
Outros (iv)	2.299	-	-	-
	<u>169.906</u>	<u>19.169</u>	<u>856</u>	<u>723</u>
Ativo não Circulante				
Cresca (v) (Nota 4.3a)	39.060	26.068	39.060	26.068
Passivo circulante - fornecedores				
Arrendamentos a pagar (vi)	4.295	11.435	-	-
Cresud (iii) (Nota 4.3a)	480	218	480	218
Aquisição Cresca (vii) (Nota 4.3a)	-	33.019	-	33.019
Contratos de mútuo (viii)	-	2.261	-	-
Outros (ix)	1.306	-	-	-
	<u>6.081</u>	<u>46.933</u>	<u>480</u>	<u>33.237</u>
Resultado				
Arrendamentos				
Imobiliária Cremaq (vi)	(2.906)	(1.970)	-	-
Imobiliária Araucária (vi)	(2.093)	(2.286)	-	-
Imobiliária Cajueiro (vi)	(1.900)	(2.019)	-	-
Imobiliária Mogno (vi)	(1.476)	(1.587)	-	-
Imobiliária Ceibo (vi)	-	-	-	-
	<u>(8.375)</u>	<u>(7.862)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Compartilhamentos				
Jaborandi Ltda (i)	19	223	-	-
Jaborandi S/A (i)	729	37	-	-
Imobiliária Cremaq (i)	53	37	-	-
Imobiliária Engenho (i)	-	37	-	-
Imobiliária Araucária (i)	53	37	-	-
Imobiliária Mogno (i)	53	37	-	-
Imobiliária Cajueiro (i)	53	37	-	-
Imobiliária Ceibo (i)	-	31	-	-
Imobiliária Flamboyant (i)	3	37	-	-
	<u>963</u>	<u>513</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Cresud (vii)	(2.383)	1.194	(2.383)	1.194
Indenização Distrato Arrendamento Cremaq(iv)	(2.299)	-	-	-
Reversão do Contrato de Arrendamento Cremaq (x)	(8795)	-	-	-
Futuros e opções	(138)	(55)	(138)	(55)
	<u>(21.027)</u>	<u>(6.210)</u>	<u>(2.521)</u>	<u>1.139</u>

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Contratos de compartilhamento de estrutura física - a Companhia compartilha um espaço físico e presta serviços financeiros e contábeis para as imobiliárias e a Jaborandi Ltda. cobrando valores de aluguel e de serviços prestados acordados entre as partes;
- (ii) Dividendos a receber da imobiliária Cremaq;
- (iii) Despesas e receitas referente Due Diligence de novas aquisições, implantação de sistema de controles e orçamento e reembolso de despesas gerais;
- (iv) Indenização a receber da Imobiliária Cremaq pela quebra de contrato de arrendamento devido a venda da fazenda Cremaq;
- (v) Contas a Receber da Cresca por assunção de financiamento junto à empresa Helmir - R\$34.147, vencimento em 31/12/2016 atualizada com base na variação cambial (US\$) e com juros 12% a.a.; e Mútuo a Receber de Cresca concedido em 23/12/2013 no montante de R\$4.913, com juros de 12%a.a. e prazo de vencimento indeterminado;
- (vi) Contratos de arrendamento - as imobiliárias possuem contratos de arrendamento com a Companhia, utilizando como premissas para atualização o preço da soja cotado em mercado ativo;
- (vii) Financiamentos pagos integralmente à Cresud, sendo: R\$18.037 descontado ao valor presente, vencimento em 12/12/2014, atualizada com base na variação cambial (US\$) e juros de 7,0%a.a.; Aquisição 50% de participação em joint venture à pagar à Cresca - R\$10.663 descontado ao valor presente, vencimento em 12/12/2014, atualizada com base na variação cambial (US\$) e juros de 7,0%a.a.;
- (viii) Contratos de mútuo entre a Brasilagro e Imobiliárias;
- (ix) venda de mercadorias com sua subsidiária Jaborandi Ltda;
- (x) Reversão do contrato de arrendamento da imobiliária Cremaq com Brasilagro.

b) Distribuição de dividendos com partes relacionadas

Em 30 de junho de 2015 a Companhia possui o saldo de dividendos a pagar no montante de R\$40.358, sendo que R\$16.036 corresponde a 39,76% de participação de seu acionista Cresud S.A.

33. Seguros

A Companhia e suas controladas mantém seguros (i) de responsabilidade civil com cobertura para todos os funcionários ativados em suas fazendas,(ii) sobre veículos e maquinários, (iii) de vida, à todos os funcionários, bem como (iv) o seguro "D&O" (Diretores e Ofícios), para seus diretores e demais membros da administração da Companhia. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A Companhia avaliou o risco dos prédios e instalações das fazendas de propriedade do Grupo, assim como de seus estoques e ativos biológicos e concluiu não haver necessidade de seguros de outras naturezas em função da baixa probabilidade de riscos.

Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 30 de junho de 2015:

<u>Modalidade seguro</u>	<u>Cobertura R\$</u>
Veículos	1.694
Responsabilidade Civil (D&O)	30.000
Responsabilidade Civil, Profissional e Geral	5.000
Maquinário	2.184
Incêndio/Raio/Explosão/Danos Elétricos(escritório)	600
	<u>39.478</u>

As premissas adotadas para a contratação de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte por escopo dos exames das informações anuais, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

34. Eventos Subsequentes

a) Recompra de ações

De acordo com o programa de recompra de ações, a Companhia poderá efetuar a recompra de ações de até 3.491.550 das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado conforme Ata de reunião do Conselho de Administração em 03 de setembro de 2015. Até a data de publicação desta demonstração financeira, o total de ações recompradas pela Companhia foi de 455.700 ações em um montante de R\$5.068.

b) Recebimento do IRPJ e CSLL

A Companhia e sua subsidiária Jaborandi Ltda obtiveram em 20 de julho de 2015, ressarcimentos referentes aos créditos acumulados saldos negativos de IRPJ e CSLL. Os valores incluídos nas solicitações foram de: R\$1.839 referente ano-calendário 2012 e 2013 e na Jaborandi Ltda o valor de R\$165 referente ano-calendário 2013.

c) Pagamento de Financiamentos

A Companhia e a Jaborandi Ltda. liquidaram em data subsequente às demonstrações financeiras de 30 de junho de 2015 os contratos de financiamentos rurais de custeio de safra com o Banco do Nordeste – BNB (Nota 18). O montante de R\$23.733 referentes ao principal foi pago em 31 de julho de 2015 e o montante de R\$2.022 referentes aos juros, foi pago em 01 de agosto de 2015.

d) Stock Options

Em 07 agosto de 2015, os diretores exerceram as opções de compra de 233.689 ações no valor de R\$2.006, referentes ao Primeiro Programa de Outorga de Opções de ações.

e) Liberação dos títulos e valores mobiliários restritos pela venda da fazenda Cremaq

Em 10 de julho de 2015, foi liberado o valor de R\$159.414, que representa 78,16% do saldo da conta vinculada referente ao registro parcial das matrículas em nome do comprador. O restante do saldo será liberado mediante ao registro da matrícula remanescente e de condições precedentes definidas no contrato, conforme Nota 1.1.